

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
CURSO TÉCNICO DE GERÊNCIA EM SAÚDE INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Luísa Souza Cruzeiro

UM RETRATO DO SUS NO JORNAL NACIONAL: uma análise do antes e durante a
pandemia de Covid-19

Rio de Janeiro

2022

Luísa Souza Cruzeiro

UM RETRATO DO SUS NO JORNAL NACIONAL: uma análise do antes e durante a
pandemia de Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio –
Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como
requisito parcial para aprovação no Curso Técnico
de Nível Médio em Saúde com Habilitação em
Gerência em Saúde.

Orientadora: Dra. Cátia Corrêa Guimarães

Rio de Janeiro

2022

Luísa Souza Cruzeiro

UM RETRATO DO SUS NO JORNAL NACIONAL: uma análise do antes e durante a
pandemia de Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio –
Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como
requisito parcial para aprovação no Curso Técnico
de Nível Médio em Saúde com Habilitação em
Gerência em Saúde.

Aprovado em ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Cátia Corrêa Guimarães (Orientadora) - EPSJV / FIOCRUZ

Dr. Luiz Felipe Ferreira Stevanim – ICICT / FIOCRUZ

Esp. Viviane de Rosa Tavares - EPSJV / FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2022

*Dedico esse Trabalho às minhas
amigas e aos amigos que
construíram sua trajetória na
Politécnica junto à minha e
fizeram dela uma experiência
inesquecível, obrigada por tudo.*

AGRADECIMENTOS

Não somente pela contribuição para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas também por toda a minha formação pessoal e como educanda ao longo desses quatro anos de curso gostaria de demonstrar meus agradecimentos.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio por toda a estrutura e investimento feito na educação de seus discentes, ao esforço de se criar um espaço de formação técnica, humana e crítica – como a politécnica.

Ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ) por incontáveis razões, mas sobretudo por me moldar na pessoa que sou hoje e ter oferecido toda a base que eu precisava para seguir em frente e escolher os meus próprios caminhos. Dessa forma, deposito toda a minha gratidão à educação pública de qualidade e o voto de que em todas as lutas sempre irei defendê-la.

Reconheço também o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a minha trajetória.

À minha orientadora, Cátia por acreditar nesse trabalho, por toda a disponibilidade e todas as aulas em formato de áudio. Por mais que difícil esse foi um processo muito engrandecedor para mim e sua guia foi parte essencial nele.

Aos meus pais, Rodriane e Marco Antonio; aos meus padrinhos Maurílio, Rodrigo, Luana e Andrea por me ensinarem tanto sobre a vida e serem meus maiores exemplos. E à *rapaziada*, minha família estendida, em especial, à Dácia, Elaine, Fabio, Gabriela, Pedro, Katia, Janaina, Juliana, Clarissa e Davi.

Aos meus avós Maria das Graças, Renato, Zely e Maria Inês pelo amor incondicional que sempre me deram e pelo suporte e carinho nos momentos em que mais precisei de colo.

Aos amigos que hoje são minha família, Isabella, Yasmin, Fernanda, Bruna, Tiago e Gabriel por todo o companheirismo e por todas as conversas e momentos que compartilhamos ao longo dos anos.

Por último, não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a minha mãe que esteve presente em todos os dias da minha vida, nas minhas maiores alegrias e comemorações, nos meus maiores desafios e incertezas. Agradeço mesmo pelas broncas e puxões de orelha, mas especialmente pelo companheirismo, carinho e por me ensinar tanto sobre o amor.

RESUMO

Este trabalho aborda a narrativa do jornalismo televisivo de massa sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), considerando dois períodos distintos: um anterior e outro posterior aos desafios postos pela pandemia de Covid-19, que gerou um turbilhão de acontecimentos amplamente noticiados. Dessa forma, são utilizadas como fonte de dados reportagens do programa Jornal Nacional (JN) para ilustrar dois principais pontos: o cenário de excessiva concentração midiática posto no Brasil e a lógica limitante do modelo jornalístico adotado, ambos fatores determinantes para a construção de uma representação fragmentada e, conseqüentemente, negativa da realidade da saúde pública no país pela mídia. O estudo também realiza uma contextualização do sistema de saúde brasileiro, destacando sua importância para a população e as dificuldades da sua efetivação num cenário de ataques de políticas voltadas ao neoliberalismo.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Comunicação de Massa; Televisão; Pandemia de Covid-19.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Como ocorre o desenvolvimento do câncer de colo de útero?	43
Ilustração 2	Evolução dos óbitos por Covid-19 no Brasil até a marca dos 600 mil	47
Ilustração 3	Direito à Saúde no Jornal Nacional	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantitativo de veículos de comunicação distribuídos pelos principais grupos de mídia brasileiros, segundo o MOM- Brasil (2017)	19
Gráfico 2	Distribuição do percentual de audiência pelas principais redes de televisão brasileira, segundo o Kantar Ibope Media 2016 (apud MOM- Brasil, 2017)	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Notícias analisadas e que foram publicadas na plataforma de streaming Globoplay no período anterior à pandemia de Covid-19 (15/01 a 04/03/2020)	40
Quadro 2	Notícias analisadas e que foram publicadas na plataforma de streaming Globoplay durante a pandemia de Covid-19 (09/05/2020 a 07/01/2021) ...	48
Quadro 3	Classificação das notícias analisadas e que foram publicadas na plataforma de streaming Globoplay durante a pandemia de Covid-19 (09/05/2020 a 07/01/2021)	53
Quadro 4	Distribuição das notícias analisadas no período anterior à pandemia de Covid-19, de acordo com a tipificação das fontes utilizadas	65
Quadro 5	Distribuição das notícias analisadas durante pandemia de Covid-19, de acordo com a tipificação das fontes utilizadas	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AB	Atenção Básica
AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APS	Atenção Primária em Saúde
BBC	British Broadcasting Corporation
Cetic	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CVE	Centro de Vigilância Epidemiológica
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ESF	Estratégia Saúde da Família
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GJC	Grupo Jaime Câmara
GSS	Grupo Sílvio Santos
HIV	Human Immunodeficiency Virus
HPV	Human Papiloma Virus
Icict	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IG	Internet Group
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
JN	Jornal Nacional
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MOM-Brasil	Media Ownership Monitor – Brasil
MP	Medida Provisória
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
Nº	Número
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
PFPB	Programa Farmácia Popular do Brasil

PNI	Programa Nacional de Imunizações
PPGICS	Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RAS	Redes de Atenção à Saúde
REDOME	Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TV	Televisão
UBS	Unidade Básica de Saúde
UOL	Universo Online
UPA	Unidade de Pronto-Atendimento
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DO INTERESSE PELO TEMA À DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS	16
2. COMUNICAÇÃO DE MASSA E DEMOCRACIA	17
2.1 JORNALISMO TELEVISIVO	24
2.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE	27
3 O SUS COMO POLÍTICA SOCIAL	30
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O SUS NA MÍDIA EMPRESARIAL	30
3.2 SUS: CONTRADIÇÕES ENTRE O PROJETO E A REALIDADE.....	31
4 ANÁLISE DOCUMENTAL: O SUS NA TELA DA GLOBO	37
4.1 PROPOSTA METODOLÓGICA	37
4.2 ANTES DA PANDEMIA	39
4.3 DURANTE A PANDEMIA	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A – TIPOS DE FONTE DAS MATÉRIAS ANALISADAS ANTES DA PANDEMIA	65
APÊNDICE B – TIPOS DE FONTE DAS MATÉRIAS ANALISADAS DURANTE A PANDEMIA	66

1 INTRODUÇÃO

Pretendeu-se, nesse trabalho de pesquisa, estudar como a grande mídia aborda o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como pressuposto o entendimento de que prevalece uma abordagem negativa, muitas vezes, com ataques e degradação do SUS e da concepção de público, que repetidamente é expressão de interesses particulares empresariais.

Buscou-se, com esse estudo, oferecer subsídios aos comunicadores sobre as consequências danosas decorrentes da prevalência de difusão de pautas negativas sobre o SUS feitas pelas mídias, hipótese deste trabalho. Além disso, essa pesquisa pretende contribuir para a superação das lacunas existentes nesse campo, que dizem respeito ao reconhecimento de que a construção da opinião pública se dá não como um reflexo automático das visões de mundo apresentadas pela mídia, mas a partir da interação dessas ideias com situações e experiências concretas, o que significa dizer que os discursos que não têm qualquer respaldo na realidade são mais facilmente suscetíveis a perder credibilidade. Por isso, não é suficiente enfrentar esse problema apenas produzindo pautas positivas e deixar a discussão das reais insuficiências do SUS unicamente a cargo dos principais meios massivos de comunicação - uma mídia que atinge quase a totalidade dos brasileiros, mas que frequentemente restringe suas pautas a interesses privados.

1. 1 DO INTERESSE PELO TEMA À DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Uma das principais motivações que nortearam o desenvolvimento deste trabalho foi a perspectiva colocada na mesa intitulada *Comunicação pública e saúde: papel das mídias na construção e desconstrução do SUS*¹, ocorrida no dia 30 de outubro de 2018, durante o *Seminário Internacional da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)*. Nela foi levantado um debate acerca da participação da comunicação durante os 30 anos de *construção e desconstrução* do SUS e como essa participação, através de ataques ao sistema, contribui para o seu desmonte. Outro ponto defendido foi o de que para se alcançar uma solução não basta substituir a cobertura negativa por outra que trate dos aspectos positivos sem que eles façam parte da realidade daqueles que de fato utilizam os serviços do SUS. E ainda, que é sim

¹ Essa mesa foi formada pelo Rodrigo Murinho - diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), responsável pela mediação do debate; pela Cátia Guimarães - jornalista e editora da Revista Poli – Saúde, Educação e Trabalho; pelo Antonio Martins - editor do site Outras Palavras e idealizador do site Outra Saúde; e pelo João Brant - pesquisador e militante do Movimento Democratização da Comunicação.

importante tratar das notícias que forem negativas para o SUS, por fazerem parte da realidade concreta, mas sempre as associando a soluções satisfatórias e aos seus princípios originais.

Outro elemento motivador desta pesquisa foi a aula intitulada *Lógicas do Jornalismo: a construção da notícia sobre saúde*, ministrada pela convidada Tania Neves², na disciplina Comunicação em Saúde³. Nela, tive um primeiro contato com reflexões sobre a constituição de notícias e pautas jornalísticas, que se dá, por exemplo, através de critérios de noticiabilidade como a urgência da atualidade ou o próprio interesse das empresas de comunicação. Aspectos que refletem diretamente na forma como o SUS aparece nas mídias.

Ademais, esse estudo espera poder questionar o que nos parece ser uma utilização das mídias como aparelho privado de hegemonia, tal como definiu Antonio Gramsci, ao considerá-las como instrumentos que atuam formalmente fora do Estado, no espaço da sociedade civil, mas que, ao disputarem o consenso social e a condução das políticas, exercem também o papel de Estado. Como explica Coutinho (2014, p. 17 apud GUIMARÃES, 2015, p. 227): “É na sociedade civil, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia - mídia, escola, igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais (museus, nomes de rua etc.) -, que se legitima (ou se contesta) a dominação”. Cabe à imprensa, portanto, como um desses aparelhos, legitimar os discursos dominantes e assegurar o convencimento social em relação a essas ideias estruturalmente necessárias para a preservação das relações econômicas e sociais existentes (GUIMARÃES, 2015, p. 227-228). E, segundo hipótese deste trabalho, um foco da atuação da mídia de massa empresarial tem sido a difusão da ideologia neoliberal, que tem como pressuposto a valorização do setor privado, inclusive da saúde, em detrimento do setor público, utilizando-se, para isso, da estratégia de depreciação recorrente do SUS e da criação de um estigma muito negativo que estimula a desvalorização do mesmo pela população brasileira.

O neoliberalismo baseia-se na defesa do livre curso do mercado, com o mínimo de intervenção e regulação do Estado e “defende que a melhor sociedade seria aquela que funcionasse a partir das escolhas espontâneas dos indivíduos, na qual a existência de normas deve estar limitada à segurança pública e à manutenção da propriedade privada” (RIZOTTO, 2008, p. 276). Para Miranda (2018, p. 11), o neoliberalismo pode ser entendido como um “instrumento político de sustentação das novas formas de exploração do trabalho e acumulação

² Jornalista de formação, é mestre e doutora em Informação e Comunicação em Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) da Fundação Oswaldo Cruz. As reflexões apresentadas nessa aula estão contidas na sua tese de doutorado, que se intitula *Jornalistas e fontes: Uma relação em movimento. Temas, vozes e silêncios na Saúde de O Globo (1987-2015)*, defendida em 2017.

³ Essa disciplina foi cursada no segundo semestre de 2018, durante o 1º ano do Curso Técnico de Gerência em Saúde Integrado ao Ensino Médio, oferecido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e ministrada pela professora Marcia Lisboa.

de capital, que teve num de seus pilares a fragilização orgânica dos trabalhadores, com efeitos importantes em suas lutas políticas”.

Em meio a esse contexto de valorização e espraiamento de políticas neoliberais e de sucateamento da saúde pública, no pós-carnaval do ano de 2020, a pandemia provocada pelo coronavírus oficialmente chegou ao Brasil.

Em março de 2020, começou a preocupação com o novo coronavírus, Sars-Cov-2, que pode gerar a doença nomeada Covid-19. O Rio de Janeiro, por exemplo, começou sua política de isolamento social no domingo, dia 15 de março, e já na segunda, dia 16, as aulas não foram retomadas. [...] O Sars-Cov-2 é um vírus, que pode evoluir para uma infecção respiratória grave e tem uma rápida propagação entre as pessoas. A tão esperada vacina começou a ser aplicada em alguns países no final de 2020, ainda que nos primeiros dias de 2021 não [...] fosse] uma realidade no Brasil. As orientações de distanciamento social e o recurso a uma intensa higienização dos ambientes e das pessoas foram dadas desde o início. E, logo depois, se agregou a essas orientações o uso de máscaras para toda a população (MATOS, 2021, p. 26).

Devido à conjuntura atípica e seu impacto direto no discurso da mídia sobre o SUS, no escopo desta pesquisa, nos baseamos na observação de transformações e contradições na composição das narrativas concernentes à cobertura midiática imediatamente antes e durante a pandemia de Covid-19. A revisão bibliográfica feita neste trabalho foi dirigida para o aprofundamento dos seguintes temas: concentração das mídias no Brasil, critérios de noticiabilidade, hegemonia e consenso, opinião pública, SUS na mídia e comunicação em saúde, cujos aspectos serão brevemente pontuados a seguir.

Considerando a necessidade de uma compreensão aprofundada da temática de estudo, da análise crítica, em especial, mas não exclusivamente, de dados não numéricos e de aspectos da realidade social, o referido estudo configura-se como uma pesquisa social, de cunho qualitativo. Essa escolha também se justifica pelo reconhecimento da abordagem qualitativa como um nível de aprofundamento da realidade - não visível -, que precisa ser exposta e interpretada (MINAYO, 2006).

O método crítico dialético foi adotado como referencial teórico devido à relevância da historicidade dos processos sociais para uma compreensão mais completa do cenário das mídias e da saúde pública no Brasil, atentando sempre para as contradições presentes na perspectiva mais ampla, tomada a partir do conjunto de determinações econômicas, políticas e sociais através de uma análise da realidade referida.

Esse é um estudo que consiste no trato de dados secundários e de informações já existentes em trabalhos de outros pesquisadores, como no caso da pesquisa bibliográfica, e de reportagens selecionadas no principal programa de telejornal da Rede Globo, o Jornal Nacional (JN), de modo a analisar o conteúdo e forma que compuseram o telejornal antes e durante a

pandemia. Para a fundamentação teórica desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos seguintes eixos e categorias de análise: meios de comunicação, opinião pública, concentração das mídias, direito à comunicação, critérios de noticiabilidade, políticas de saúde, SUS, construção de hegemonia e consenso.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta investigação é compreender a abordagem do SUS e da saúde pública realizada na grande mídia pela atuação do telejornalismo.

No que se refere aos objetivos específicos, foram desenhados três eixos norteadores:

- 1) Examinar a prática do telejornalismo como uma forma de comunicação de interesse público, sua importância para a sociedade brasileira, potencialidade de convencimento e influência na formação de opiniões e concepções de mundo;
- 2) Demonstrar a amplitude e importância social do SUS e da concepção de saúde como direito, para a população brasileira, a magnitude desse sistema, que é o único que conta com serviços gratuitos e universais, o que justificaria um maior protagonismo do sistema no noticiário da grande mídia, sobretudo durante a pandemia de Covid-19; e
- 3) Relacionar as particularidades do telejornalismo brasileiro às narrativas escolhidas (relação forma e conteúdo) para a cobertura midiática produzida sobre o SUS e suas transformações em um período prévio e no próprio decorrer da pandemia de Covid-19.

2 COMUNICAÇÃO DE MASSA E DEMOCRACIA

Podemos qualificar a comunicação de massa como a transmissão de mensagens através dos *meios* técnicos – especializados – *de comunicação* de forma pública (sem limitação de receptores, direcionada a um público genérico ou a uma coletividade), indireta (não imediata, transmitida a uma determinada distância de espaço e tempo) e unilateral (sem a troca de mensagens entre os participantes da comunicação), mantendo-se, portanto, os elementos mais centrais da comunicação que são o emissor, a mensagem e o receptor (BAHIA, 2010, p. 91-93).

O processo de evolução dos meios de comunicação de massa teve seu princípio na origem da escrita e desenvolvimento da tradição oral. Posteriormente, a invenção da prensa tipográfica viabilizou o surgimento dos primeiros jornais e a produção em larga escala de livros que simbolizaram um marco inicial para a comunicação de massas por terem possibilitado a disseminação de ideias e informações a partir de uma única fonte. Mais à frente, após a invenção do telégrafo, se deu o advento do rádio que

marcou uma nova era nas comunicações, porque suas ondas possibilitaram a quebra de uma barreira que subsistiu à tecnologia da impressão: o analfabetismo. Como consequência, cristalizou-se o processo de massificação, cuja abrangência o viabilizou como principal instrumento político da época (PERLES, 2006, p. 9).

Em seguida, a partir da descoberta da produção de correntes de elétrons pelo selênio, o cientista russo naturalizado americano Vladimir Zworykin desenvolveu o iconoscópio. O aperfeiçoamento dessa tecnologia possibilitou a criação do atual tubo de imagem dos televisores e os primeiros passos rumo à transmissão de imagens produzidas em estúdios.

Sobre o advento da televisão, Williams afirma que foi algo que “dependeu de um conjunto de invenções e de desenvolvimento em eletricidade, telegrafia, fotografia, cinema e rádio” (WILLIAMS, 2017, p. 28). Esse processo aconteceu em um período-chave de avanços que também coincide com o desenvolvimento da produção industrial. Um momento permeado por mudanças nas relações entre os homens e também entre os homens e as coisas, assim, a Revolução Industrial marca o surgimento de novas necessidades e um cenário propício para o desenvolvimento tecnológico comunicacional.

Desse modo, vale salientar que “essa [não] é uma história de sistemas de comunicação que criam uma nova sociedade ou novas condições sociais” (WILLIAMS, 2017, p. 32). A transformação decisiva é anterior, diz respeito à produção industrial e aos novos aspectos sociais que surgem a partir dela, mas que também foram cultivados ao longo de uma extensa trajetória de acumulação de capital e trabalho científico que viabilizaram melhorias

tecnológicas, novas necessidades e possibilidades, dentre as quais os sistemas de comunicação, incluindo a televisão, foram seu resultado intrínseco.

O autor, no entanto, desconstrói o imaginário de que a possibilidade do desenvolvimento de novas formas de comunicação foi e ainda é resultado inevitável do avanço tecnológico. Assim, expõe que o desenvolvimento desses meios é fruto de decisões sociais específicas em circunstâncias particulares e que os próprios avanços tecnológicos correspondem sempre às prioridades dos grupos reais de decisão. Exemplo disso é o fato de que os primeiros impulsos para a melhoria de tecnologias da comunicação - que desembocaram no surgimento de novos meios - foram estimulados por problemas de comunicação e controle em operações comerciais e militares (WILLIAMS, 2017).

Com isso, nos anos 1950, se deu a inauguração da televisão comercial, no Brasil. No fim dessa década, a partir de pesquisas realizadas para fins militares, a internet - rede mundial de computadores - também entrou em processo de desenvolvimento. Isso representou tempos depois a ascensão de um novo importante meio que, no entanto, não é considerado massivo devido à maior possibilidade de troca de mensagens entre receptor e emissor, caracterizando uma comunicação com maior potencial de reciprocidade, sem um pólo centralizado de difusão de conteúdo.

Essas diversas inovações na área da tecnologia transformaram completamente o mundo da comunicação e informação. Pode-se dizer então que, desde o século XX, recursos como TV, rádio e internet vêm se difundindo entre a população mundial e brasileira, ganhando cada vez mais centralidade nas principais relações de poder aqui e no mundo.

O espaço utilizado pelo espectro radioelétrico - que engloba esses novos recursos - é de domínio público e cabe ao Estado legislar, regular e fiscalizar o uso desse espaço pelos grupos privados. Consequentemente, serão esses grupos que terão o controle sobre os principais aparelhos de hegemonia e construção do consenso.

Apesar de a internet ser o meio de comunicação mais recente dentre os apresentados anteriormente e de estar em constante crescimento devido à popularização das redes sociais e ao advento de diferentes tecnologias que navegam nessa mesma interface - como computadores, notebooks, tablets e smartphones -, não é correto afirmar que este meio já tenha superado outros. De acordo com Parry (2012), cada nova mídia não surge simplesmente para substituir as anteriores e as antigas formas de mídia também não desaparecem, mas se transformam.

O cenário midiático brasileiro atual aponta para a prevalência do domínio da televisão em nível de acesso. A pesquisa de 2019 realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic) sobre o uso das tecnologias de

informação e comunicação (TIC) nas moradias, denominada TIC Domicílios 2019, aponta que o total de domicílios com acesso à televisão era de 95%, enquanto a internet atingia apenas 71% dos brasileiros. Nas classes D e E – que na época representavam cerca de 30% da população brasileira –, no entanto, o nível de acesso à internet era somente de 50% frente a 91% para a televisão.

Considerando esses aspectos e o contexto em que se insere a televisão brasileira, observa-se que todas as concessões dos espaços de transmissão do setor radiodifusor são direcionadas para diferentes grupos que, no entanto, compartilham interesses empresariais e de classe e que, portanto, há décadas defendem interesses semelhantes em escala nacional. Esse cenário acarreta disseminação de uma espécie de *discurso único* da imprensa sobre temas estruturantes, intensificado devido à concentração das mídias.

É possível observar um alto grau de concentração das mídias no Brasil. Uma pesquisa realizada pelo Media Ownership Monitor – Brasil (MOM-Brasil) em parceria com o Intervezes, em 2017, aponta que, dentre o universo de 23 grupos de mídia analisados, apenas cinco ou seus proprietários individuais possuem o controle de mais da metade dos veículos de comunicação, como é ilustrado no Gráfico 1.

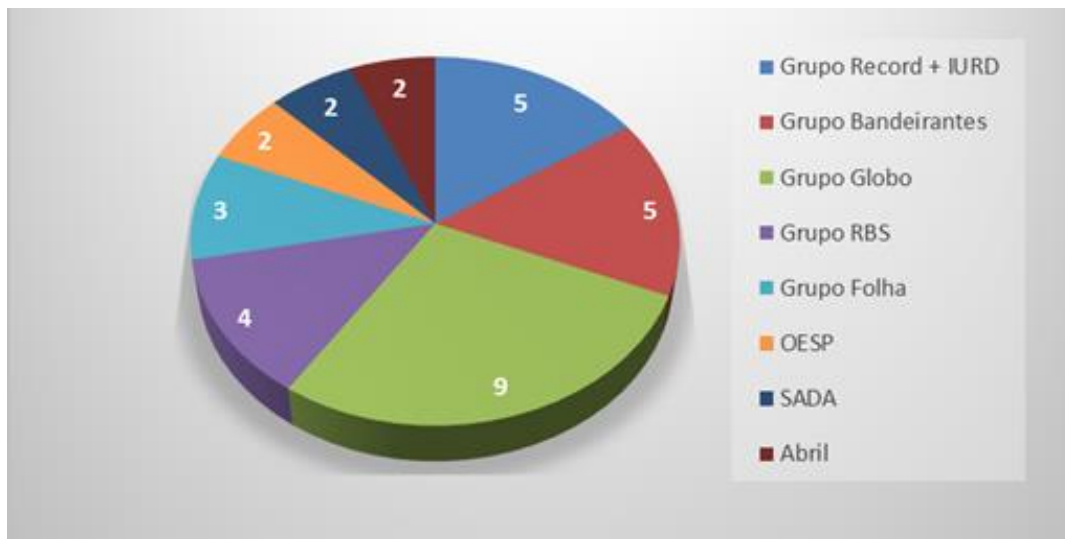


Gráfico 1 - Quantitativo de veículos de comunicação distribuídos pelos principais grupos de mídia brasileiros, segundo o MOM- Brasil (2017)
Fonte: A autora.

O Gráfico 1 apresenta a prática de propriedade cruzada, na qual um único grupo de mídia é responsável por veículos diversos, como impressos (jornais e revistas), rádio, televisão ou internet. Segundo a pesquisa, existem ainda outros 15 grupos de comunicação no Brasil. Cada um deles possuía apenas um veículo de comunicação: Grupo Sílvio Santos (GSS), Grupo

Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara (GJC), Diários Associados, Grupo Três Comunicação, Grupo Amilcare Dallevo & Marcelo de Carvalho, Ongoing / Ejesa, British Broadcasting Corporation (BBC), Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Publisher Brasil, Empiricus Consulting, Grupo Alfa, Mix Communication / Grupo Objetivo, Igreja Renascer em Cristo e a Igreja Adventista do Sétimo Dia.

É importante ressaltar que uma quantidade significativa de grupos de mídia regionais é afiliada àqueles principais grupos de comunicação nacionais. Isso lhes possibilita alcançar um público mais amplo através, principalmente, da TV e rádio. O Gráfico 2 apresenta o compartilhamento do público entre as principais redes de televisão no Brasil.

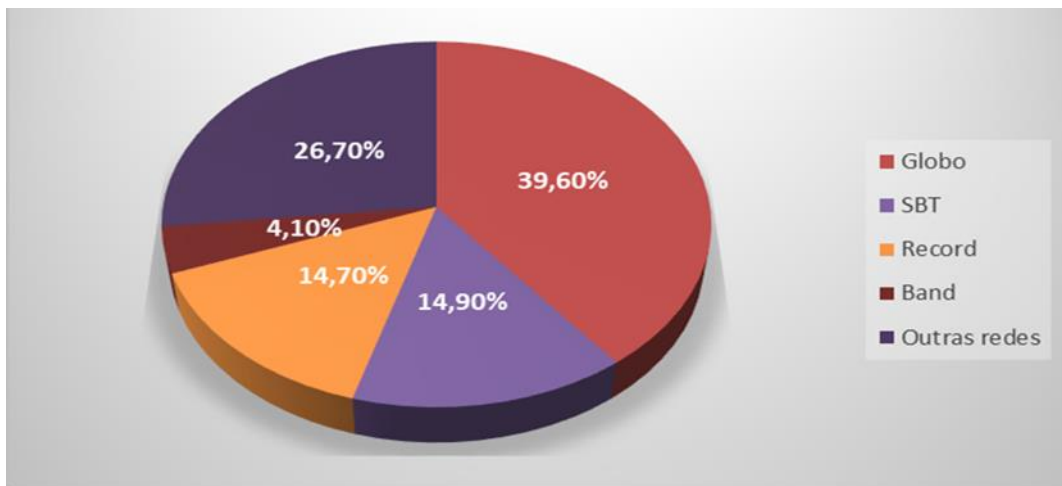


Gráfico 2 – Distribuição do percentual de audiência pelas principais redes de televisão brasileira, segundo o Kantar Ibope Media 2016 (apud MOM- Brasil, 2017)
Fonte: A autora.

A possibilidade de constituir relações de afiliação é um fator crucial para entender como a programação da Rede Globo, por exemplo, é capaz de atingir 98,37% dos municípios e 99,36% de toda a população brasileira (MOM-BRASIL, 2017). É necessário apontar que também são observados altos índices de concentração entre o público da internet e leitores de jornal. Em 2017, os principais grupos de internet - G1, Universo Online (UOL), R7 e Internet Group (IG) - reuniam 58,75% do público e os jornais impressos, reduzidos a 4 grupos - Globo, Folha, Rede Brasil Sul de Televisão (RBS) e Sada -, concentravam 50% da audiência total (MOM-BRASIL, 2017).

A tendência de formação de oligopólios na área da comunicação representa um forte risco para a garantia de diversidade e pluralismo nas mídias, o que pode ser demonstrado pelas pesquisas realizadas tanto pelo MOM-Brasil e Intervezes, mencionada previamente, como pela Agência Nacional de Cinema (Ancine), datada de 2016.

A pesquisa do MOM-Brasil e do Intervezes alerta para a ação de interesses religiosos (com enfoque para católicos e evangélicos) dominantes nos veículos de comunicação e para o silenciamento de minorias, a exemplo de religiões de matriz africana. Os dados apontam que, dentre os 50 veículos analisados, 9 pertenciam a lideranças cristãs.

Já o estudo organizado pela Ancine afirma que as programações de cunho religioso já compunham 21% de todo o espaço de agendamento no país. O Grupo Record - um dos maiores do país e que engloba a Record TV, a Record News, o Portal R7, o jornal Correio do Povo e outros -, por exemplo, pertence ao bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e proprietário da Folha Universal, um jornal impresso que conta com altos níveis de circulação. Bispos da IURD também são responsáveis por grandes emissoras de rádio, outros se ocupam com cargos políticos. “A igreja está por trás não somente de um político, mas de um partido: o Partido Republicano Brasileiro (PRB)⁴. Em 2017, a sigla possuía um ministro de Estado, um senador, 24 deputados federais, 37 deputados estaduais, 106 prefeitos e 1.619 vereadores” (MOM-BRASIL, 2017). Hoje, o PRB já conta com 30 deputados federais, 415 deputados estaduais, 211 prefeitos e 2.572 vereadores.

A associação direta à política não é a realidade entre a maioria dos proprietários dos grupos de mídias. No entanto, isso não significa a inexistência dessas relações, por vezes ilegais. Podemos considerar, a título de exemplo, o mandato de parlamentares e gestores públicos entre os anos de 2015-2019. Nesse período, o Congresso Nacional contava com 32 deputados federais e 8 senadores proprietários de emissoras de rádio e TV. Chamamos atenção para três deles. O primeiro é Medioli que, além de controlador do Grupo Sada, foi reeleito, em 2020, prefeito da cidade de Betim, localizada no estado brasileiro de Minas Gerais. O segundo é Fábio Salustino de Mesquita Faria, que foi deputado pelo Partido Social Democrático (PSD) do estado do Rio Grande do Norte entre 2018 e 2020. Atualmente, é Ministro das Comunicações do governo Jair Bolsonaro e possui vínculos familiares com os proprietários do Grupo Silvio Santos. Por fim, destacamos os líderes da IURD, que são ao mesmo tempo, associados ao PRB e dirigentes do Grupo Record. Como é o caso do sobrinho de Edir Macedo, Marcelo Crivella que, filiado ao PRB, cumpriu dois mandatos como senador e foi prefeito do município do Rio de Janeiro em gestão não concluída por sua prisão nove dias antes de seu encerramento em 2020.

Considerando os interesses privados das cabeças de rede de comunicação mais influentes no país, é possível compreender os fundamentos dos impactos da concentração

⁴ Em agosto de 2019, o PRB mudou sua denominação para apenas Partido Republicano (PR) (UOL, 2019).

mediática na realidade da classe trabalhadora. Esta, contudo, nunca deixou de disputar a hegemonia, tal como define Gramsci, embora em condições muito desfavoráveis.

A ideia de hegemonia está ligada à ideia de toda uma visão de mundo, da política, da vida, que passa a ser dominante entre uma grande parcela da sociedade. Consenso de uma parte importante da sociedade que se traduz em ação, em supremacia, em dominação, em dar a direção. Em ação política. Assim, ter a hegemonia é dar a direção. A direção político-ideológica à sociedade (GIANNOTTI, 2014, p. 13-14).

Aliada ao trabalho de convencimento (adesão e ação das massas) está a necessidade de criar uma nova cultura e novas bases de comportamento como parte da atividade contra-hegemônica, pois a hegemonia que nasce do âmbito da produção e é exercida por quem detém a dominação política, econômica e militar, no mundo, é garantida por uma visão cultural e moral (GIANNOTTI, 2014). No Brasil, os direitos impressos na Constituição Federal de 1988 e, em particular, no SUS, obtidos pelos movimentos sociais, especialmente pelo movimento sanitário, são resultados diretos dessa disputa.

O acesso à informação e à comunicação é imprescindível para o estabelecimento de relações pautadas na democracia, expressa na defesa do Estado Democrático de Direito, no Brasil (MARIONI, 2015). Portanto, pesquisadores e movimentos sociais ligados a esse campo têm defendido que também deveria ser concedido aos brasileiros o reconhecimento do direito à comunicação. A concepção desse direito que vigora mais atualmente significa um desdobramento das lutas históricas pela democratização da comunicação que, nas palavras de Murtinho e Stevanim (2021, p. 58), é

- indissociável do fortalecimento da democracia, incluindo o fermento à participação e à democratização do Estado, dos espaços decisórios e das relações sociais;
- abrange a garantia dos princípios de acesso, participação e equidade, conforme estabelecido pela referência histórica do Relatório de MacBride; e
- remete à noção de que a comunicação é um bem público, que diz respeito à coletividade, e, portanto, não deve ser entendida como mercadoria.

De modo complementar, o Observatório do Direito à Comunicação (s/d.) - página do portal eletrônico do coletivo Intervozes - considera que essa concepção engloba o “direito à participação, em condições de igualdade formal e material, na esfera pública mediada pelas comunicações sociais e eletrônicas”.

De acordo com o Relatório MacBride, produzido no âmbito da Unesco em 1983 e que continua sendo uma referência para os movimentos que lutam pela democratização da comunicação,

a comunicação não poderia estar somente nas mãos do mercado nem tampouco do Estado, deveria estar nas mãos da sociedade civil. Assim, apontava diretrizes para o reconhecimento e a efetivação de outro modelo de comunicação global, com um fluxo de informação e conhecimento horizontal, privilegiando o diálogo em detrimento do monólogo, não restritivo aos detentores das novas tecnologias, que descentralizasse o poder e a riqueza, que buscasse a emancipação de todos os povos e suas respectivas culturas, e que priorizasse a radicalização da democracia. (OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, s/d.).

Esse, portanto, é um direito que se encontra em atrito com os interesses do cenário oligopolista e de concentração das mídias no Brasil (MARINONI, 2015, p. 4). Tal situação se agrava pela falta de uma regulação apropriada para o tipo de mercado que se tornou o setor das telecomunicações, e serve de influência para proeminência e dominação de um discurso único, formador de consenso e agente de manutenção da hegemonia.

A Constituição Federal de 1988 definiu parâmetros para a construção de uma comunicação social democrática, plural e diversa. A Carta Magna preconiza, no Capítulo V, que diz respeito à Comunicação Social, que os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio (BRASIL, 1988, art. 220, § 5º). Ademais, destaca-se que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem promover a cultura nacional e regional bem como estimular a produção independente (BRASIL, 1988, art. 221, inciso II). Por fim, cabe aos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens buscar equilíbrio para manter o princípio de complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (BRASIL, 1988, art. 223). No entanto, sem leis que regulamentam o texto constitucional, essas ideias nunca foram devidamente cumpridas⁵.

A experiência de políticas de diversificação das mídias em outros países aparece no documentário *Julio quer saber: regular a mídia é censura?* – produzido pelo Coletivo Intervozes e a Molotov Filmes. O projeto apresenta como em boa parte dos países democráticos a mídia já é regulada para a garantia de direitos e de forma a consolidar maior igualdade de condições entre a comunicação pública, comunitária e comercial. Aponta também para a investida pela democratização da comunicação na Argentina, a partir da aprovação da Ley de Medios que, em 2009, definiu a comunicação como um direito humano e não mais apenas como um serviço comercial.

Nesse sentido, a prevalência de oligopólios no setor midiático brasileiro é preocupante justamente por excluir a diversidade de opiniões de grande parte da população. A criação de

⁵ Cabe dizer que a regulamentação vigente referente à normatização das telecomunicações no Brasil é anterior ao texto constitucional. Trata-se do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que definiu um limite de estações radiodifusoras de som e imagem para as concessões. Entretanto, desde a sua criação, o setor de telecomunicações brasileiro encontrou formas de burlá-la ao se organizar em redes, permitindo a permanência de oligopólios no país.

legislação que promova equidade entre as diferentes formas de comunicação é essencial para possibilitar que a diversidade nas mídias traga à sociedade brasileira a garantia de inclusão, participação social efetiva na vida democrática e o caráter de bem público do espectro radioelétrico – considerando que a

diversidade é uma questão fundamental na política pública e em uma reflexão crítica sobre as relações entre democracia e sistemas de mídia porque, como aponta Hughes (2009), as visões de mundo e os estilos de vida representados na comunicação massiva tendem a influenciar valores e práticas essenciais na vida social (BECKER, 2009).

Em resumo, os efeitos de uma expressiva concentração midiática como a inscrita no Brasil em conjunto com as dinâmicas de poder que envolvem o setor radiodifusor brasileiro abrem portas para a prevalência de visões hegemônicas nas telas de televisão. Esse contexto nos encaminha, como sociedade, para uma série de desafios nos mais diversos âmbitos da vida. No campo da saúde é válido questionar

Como expressar os anseios e as demandas de diferentes segmentos da sociedade brasileira por saúde? Como garantir que as necessidades em saúde das populações indígenas, moradores de favela, quilombolas, pessoas em situação de rua, povos do campo e da floresta e pessoas vivendo com [... Human Immunodeficiency Virus / Acquired Immunodeficiency Syndrom (HIV/AIDS)] sejam vocalizadas e convertidas em participação concreta nas políticas públicas? Como assegurar o direito a voz de trabalhadores e trabalhadores da saúde, para que possam expressar suas angústias, dificuldades e vitórias cotidianas e ao mesmo tempo participar das decisões que influenciem nos rumos da saúde pública? Como a grande mídia comercial retrata o [...SUS] e que interesses pautam representações de um ‘SUS que não dá certo’? Como proteger crianças e adolescentes e combater violações de direitos humanos nos meios de comunicação? Porque é necessário fomentar a participação social para o exercício pleno do direito à saúde? Em que medida temas como acesso à internet, liberdade de expressão nas redes, privacidade e proteção de dados pessoais se relacionam com o campo da saúde? (MURTINHO; STEVANIM, 2021, p. 11).

Para o SUS, isso significa, muitas vezes, ter de se defrontar com a disseminação de uma narrativa incompleta e negativa acerca da saúde pública que se reduz à perspectiva da imprensa empresarial que domina o setor das comunicações e que, portanto, não está necessariamente atenta às essas questões tão caras ao povo brasileiro.

2.1 JORNALISMO TELEVISIVO

A capacidade de influência das mídias pode ocorrer em diferentes plataformas e o próprio meio *televisão* compreende uma diversidade vasta de linguagens e tipos de programação que não são os únicos constituintes, mas que também contribuem para a agenda de tópicos / assuntos que se discute e são considerados relevantes em uma sociedade, bem como para a reafirmação de opiniões em circulação. O jornalismo é uma peça importante dentro do

agendamento das programações televisivas e é sobre ele que decidimos nos debruçar nesse trabalho muito devido ao fato de a imprensa ser associada ao papel *democrático* de informar fatos de forma imparcial, trazendo a expectativa da verdade objetiva para a sua audiência.

Para dar início à discussão do SUS na televisão brasileira e mais especificamente no principal telejornal do país, consideramos necessário introduzir um breve debate sobre o que é o telejornalismo, como ele se estrutura, suas principais características e o que qualifica um telejornalismo de qualidade.

Nesse trabalho focaremos na programação de telejornalismo da televisão, meio que, por sua vez, também possui outras camadas: na televisão, “a categoria telejornalismo abrange várias subcategorias - Telejornal, Documentário, Reportagens Especiais, Entrevista, Programa de Debates, Talk Show, além de outras, episódicas, caso do Plantão, das Retrospectivas de Fim de ano e dos Espetáculos Midiáticos” (REZENDE, 2009, p. 2). Sobre a subcategoria Telejornal, podem ser designadas duas amplas classificações: a do jornalismo opinativo e do jornalismo informativo (MARQUES DE MELO, 1985 apud. REZENDE, 2009, p. 7).

Apesar de se fazer necessário afirmar que o objetivo dessa categorização não é “fixar limites rigorosos entre os gêneros e formatos jornalísticos” (REZENDE, 2009, p. 8) e que mesmo em matérias informativas a opinião, quando não é explícita, subjaz de alguma forma no decorrer das etapas de produção jornalística, de acordo com o autor, é possível identificar se um texto pende mais para o lado informativo ou opinativo.

Telejornais, usualmente, tendem a se aproximar do factual, trazer sínteses dos acontecimentos do dia e apresentar uma importante dependência diante de acontecimentos externos, o que reflete uma associação desse tipo de programa ao modelo informativo. No que tange este gênero - o jornalismo informativo -, é possível salientar a predominância de cinco formatos: Nota, Notícia, Entrevista, Reportagem e Indicador que serão descritos e discutidos no Capítulo IV deste TCC, com o auxílio da produção de Rezende (2009), Glesier (1983), Maciel (1995) e Jesper (1998).

A partir da utilização de tais formatos, jornais como o JN são capazes de promover uma experiência coletiva e cotidiana de nação. Para a construção de telejornais de qualidade podem ser implementadas importantes características como diversidade, criatividade, contextualização, objetividade e relevância. Segundo Machado (2003, p. 30 apud BECKER, 2009, p. 104), “é justamente o princípio de diversidade que nos remete à reflexão sobre um jornalismo audiovisual de qualidade”, escolher o caminho que possibilite o florescer de novas narrativas e de “um amplo leque de experiências diferenciadas”. Nesse sentido, o acesso a uma vasta diversidade de temas e de atores sociais, à pluralidade de interpretações e opiniões são

muito caras à qualidade dos relatos jornalísticos, mas também são vitais a uma sociedade democrática (BECKER, 2005).

Desse modo, observa-se como um telejornalismo de qualidade deve priorizar o interesse público sobre as conveniências do mercado e estar atrelado aos debates públicos como referência de novos conhecimentos e percepções bem como ser capaz de inserir um mínimo de contextualização, apesar das limitações postas pelas novas rotinas de produção e atribuições impostas aos profissionais que trabalham na TV e acumulam funções na Internet.

A autora ainda aponta para a necessidade de cumprir a tarefa de informar pelos telejornais, de forma criativa, trazendo abordagens originais e garantindo o inesperado da notícia. Tendo em vista que o telespectador é limitado a seguir a história como ela é relatada por um curso previamente definido pelo jornalista e/ou editor, e sem estímulos de buscas personalizadas exteriores, como pode ser o caso da utilização de hiperlinks em suportes digitais. Outra questão a ser considerada para os telejornais a partir da era da internet e do consumo multimidiático é a construção de notícias que não estejam desvinculadas de debates presentes em outros meios – como o da internet -, podendo alcançar formas de coberturas jornalísticas de maior qualidade com maior diversidade nos aspectos da tematização “e um número maior de matérias capazes de despertar percepções mais amplas acerca dos acontecimentos” (BRUNS, 2011 apud BECKER, 2012). A importância de Becker (2012) apontar para tal iniciativa se deve ao fato de que o meio Televisão, que foi o mais característico da mídia de massa no século XX, atualmente, passa por um outro momento: a fase da *hipertelevisión*. Este conceito, levantado por Scolari (2009), diz respeito à configuração de uma rede sociotécnica ao redor da televisão que se associa à interatividade mediada por computadores (entre outros suportes) e pela internet no ambiente virtual.

Por fim, também é enfatizada a utilização do texto da notícia (voz-off) casado com a imagem. Segundo Becker, não deve ocorrer “concorrência semântica entre esses dois elementos da informação. Texto e imagem são um só produto e não têm significado quando separados” (BECKER, 2009, p. 103). O uso dessa combinação se justifica pelo auxílio que ela confere na transmissão da veracidade do acontecimento noticiado. Canavilhas (2006, p. 8) também postula que a imagem desperta um importante estímulo de curiosidade que logo é respondido pelo texto off.

2.2. CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Sobre as notícias, televisivas ou não, podemos dizer que se tratam de recortes ou representações da vida cotidiana observadas pela lente dos produtores de informação. Tuchman qualifica o trabalho jornalístico como uma atividade prática diária que privilegia as abordagens voltadas para eventos que constituem ciclos noticiosos (TUCHMAN, 1978 apud TRAQUINA, 2005b, p.117). No entanto, essa lógica de produção e a ausência de contextualização adequada dos assuntos que circundam as notícias muitas vezes resultam na prevalência de discursos fragmentados incapazes de abranger a totalidade dos fatos. A seleção dos fatos noticiados que é realizada pelos jornalistas e/ou editores e as abordagens escolhidas para tal são tarefas que também merecem atenção nesse processo de produção das notícias em razão da sua capacidade de despertar atenção e o interesse público sobre determinados temas e valores em detrimento de outros. Esse é um trabalho que perpassa alguns critérios de noticiabilidade, a exemplo da atualidade (fator tempo) e distância (fator espaço) ou até mesmo critérios que avaliam as fontes disponíveis.

Segundo Traquina (2005b), a proximidade geográfica e cultural se apresenta como influência importante para o fluxo noticioso, o que significa, por exemplo, que ocorrências que se passam próximas são percebidas como mais noticiáveis que as distantes. Além disso, o autor também argumenta que jornalistas são pessoas com uma *cronomentalidade*, ou seja, com o raciocínio voltado para o conceito da atualidade, valorização do imediatismo e busca permanente pelo que há de novo. Essas são características que ditam o ritmo de produção jornalística, a velocidade do ciclo noticioso, e contam como fatores significativos para a já citada elevação da cobertura de acontecimentos em oposição à cobertura de temas.

No que diz respeito às fontes, pode ser observada a existência de uma hierarquia de credibilidade entre os informantes utilizados por profissionais da comunicação, muitas vezes de forma a privilegiar o uso de fontes oficiais, o que se justifica por serem fontes consideradas mais informadas e credíveis. Essas fontes tendem a refletir a estrutura social e de poder existente, estando associadas a setores decisivos da atividade política, econômica, social ou cultural. Alguns critérios utilizados para a avaliação das fontes são a autoridade, a produtividade e a credibilidade:

A **autoridade** da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. O fator da respeitabilidade refere-se ao procedimento dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. [...] A **produtividade** associa-se não só à quantidade e à qualidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer, mas também à necessidade de que os jornalistas têm de limitar – em igualdade de condições – o número de fontes a consultar, de forma a não ter custos demasiado elevados e prazos demasiado dilatados. [E por fim, o fator] **credibilidade** está ligado à observação anterior: do ponto de vista dos jornalistas. As fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle. O jornalista tem que avaliar a credibilidade da fonte para avaliar a credibilidade da informação fornecida (TRAQUINA, 2005a).

Traquina ainda destaca que, por conta da necessidade de adequação ao ritmo de produção ditado pelo critério de atualidade, jornalistas são orientados a seguir uma rotina fortemente organizada e respeitar normas externamente estabelecidas que priorizam a utilização de fontes estáveis, regulares e institucionais, o que muitas vezes se expressa na ausência de vozes menos institucionalizada, como movimentos sociais e lideranças populares.

A objetividade faz parte de todo um conjunto de princípios e valores discutidos e aplicados pelos membros da *comunidade interpretativa* – os jornalistas - em suas práticas profissionais. No modelo de jornalismo informativo, por exemplo, é possível ser identificado o ideal de neutralidade, ou imparcialidade, justificados pela pretensão de estimular o pensamento autônomo, interpretações e opiniões individuais. Moretzsohn (2007) expõe esse primeiro aspecto – a objetividade – como parte de um princípio que preza por um ideal ético de equilíbrio e pela fidelidade aos fatos, teoricamente, sem interferência ideológica daquele que ocupa o lugar de informar, embora ela própria se apresente cética em relação a essa concepção.

O Grupo Globo, responsável pelo telejornal que será analisado neste trabalho, se apresenta institucionalmente como seguidor convicto desse esforço de neutralidade. Nos princípios editoriais deste, que é o maior conglomerado de mídia e comunicação da América Latina, está posto que seu objetivo, diferente de um jornal de um partido político – por exemplo – é noticiar fatos, analisar, opinar, “mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas”. Reconhecem que “a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo”. No entanto, afirmam que noticiários seriam exceções, os únicos livres de prismas e vieses (MARINHO; MARINHO; MARINHO, 2011).

Machado (2003 apud BECKER, 2005, p. 55-56) nos alerta para a tentativa de mascarar o fato de que “toda produção de linguagem emana de alguém, de um grupo, ou de uma empresa, logo, nunca é resultado de um consenso coletivo e sim, de uma postura interpretativa diante dos fatos noticiados” (MACHADO, 2003 apud BECKER, 2005, p. 55-56). Portanto, cabe dizer que mesmo os noticiários não são imparciais, a escolha dos fatos noticiados, das fontes, dos ângulos

selecionados também passa pelo filtro dos profissionais envolvidos nessas atividades. Becker ainda aponta que esse processo de decisão relativo à construção das notícias nas transmissões televisivas tende a “transmitir agendas e perspectivas de grupos de maior poder” (BECKER, 2009, p. 104) e apresentá-los como valores e princípios naturais ou próprios do senso comum. Já Traquina (2005a) afirma que tanto a imparcialidade quanto a objetividade são artifícios utilizados na intenção de “assegurar a credibilidade do seu trabalho como parte isenta de interesses próprios e para se protegerem contra eventuais críticas” (TRAQUINA, 2005a, p. 113).

Quanto à objetividade, pode-se dizer que se relaciona com a intenção de estabelecer uma fidelidade ao *fato*, objeto que está sendo descrito pelo jornalista, sem divagar sobre ele ou deturpá-lo. Essa concepção, no entanto, muitas vezes resulta na perda da contextualização desse fato - o qual, vale ressaltar, não é “uma ‘coisa’ unitária, como um bloco de argila, encerrado em si mesmo, jamais afetado pelo olhar do observador” (ARBEX, 2001) –, o que é um artifício muitas vezes bastante importante para explicá-lo.

Em contraponto às ideias que constituem esse modelo de jornalismo, Moretzsohn (2007) aponta que esses ideais escondem todo o processo de produção jornalística, “desde os critérios segundo os quais determinados fatos alcançarão o *status* de notícia até a maneira pela qual eles são trabalhados” (MORETZSOHN, 2007, p. 119). Ademais, é desconsiderada a mediação discursiva empreendida pelos jornalistas, o que, segundo ela, justamente é o elemento que mais atribui legitimidade aos textos. Esses produtores de informação “possuem o dever de escolher, filtrar e validar as notícias que dão e até de traduzir, decodificar, explicar, enquadrar ou mesmo comentar as notícias que os exijam” (MALHEIROS, 2004 apud MORETZSOHN, 2007, p.120). Além disso, em consonância com a lógica do mercado, não se noticia necessariamente o que *esclarece o leitor*, mas o que reafirma as convicções, por vezes preconceituosas, que circulam no senso comum.

3 O SUS COMO POLÍTICA SOCIAL

A forma e o conteúdo por meio dos quais o SUS é demonstrado na mídia burguesa mascara não só seus fundamentos como as lutas políticas em torno da sua constituição como política pública e da sua defesa em tempos de desconstrução. Resgatar seus pressupostos, relacionando-os com as preocupações que motivaram o estudo é o que buscamos fazer nessa seção.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O SUS NA MÍDIA EMPRESARIAL

Uma das consequências da concentração dos meios de comunicação no Brasil, que interessa particularmente a este trabalho, é a frequência com a qual a população é condicionada a um discurso pouco abrangente e superficial sobre o SUS, que não contempla as suas especificidades, o que nos termos de Silva e Rasera (2014) significa o *SUS-problema*.

Este estudo parte da suposição de que a grande imprensa empresarial é uma das responsáveis pela elaboração de uma concepção incompleta e negativista do SUS através de diferentes elementos linguísticos e textuais que reforçam ideologias privatistas e individualistas.

Além de possíveis interesses empresariais, um fator que contribui para a afirmação desse e outros valores semelhantes na opinião pública é a própria concepção de notícia que predomina na grande imprensa, que está sempre em busca da novidade, do inusitado, do que ainda não foi noticiado, do furo jornalístico, muitas vezes abrindo mão de tematizar aquilo que é mais estrutural e permanente. Fator esse que faz parte da lógica de mercado e imediatista embutida no jornalismo hegemônico e que, no que diz respeito ao SUS, pelo menos na realidade anterior à pandemia de Covid-19, prioriza momentos de crise, imagens sensacionalistas de falta de assistência ou medicamentos, entre outros, noticiando apenas suas insuficiências, sem dar visibilidade às conquistas que, tanto quanto os problemas, são comuns a um sistema que é promissor, mas que ainda encontra desafios na sua efetivação (SILVA; RASERA, 2014).

A despeito da perspectiva de destruição que o ameaça, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19, o sistema que foi fundado com bases na concepção de seguridade social e pautado na democracia e solidariedade de classes, hoje, enfrenta os desafios de ser o único a oferecer atendimento público, gratuito e universal aos 212,6 milhões de brasileiros. Nesse sentido, o agravamento da pandemia levou o país a atravessar uma grave crise sanitária, com recorrente falta de leitos e materiais, que provocou o sufocamento do sistema e números

exorbitantes de casos e mortes confirmados - que, no entanto, supõe-se que seriam ainda maiores sem uma estrutura que garanta a saúde como direito de todos.

Nos principais veículos de informação, esse contexto da pandemia despertou a necessidade de pautar o SUS sob uma perspectiva que difere das abordagens tradicionais. Segundo Guimarães (2020, p. 78), até então a mídia brasileira estava acostumada a noticiar questões de saúde sempre com ênfase na doença, destacando a dimensão individual da saúde. Mas, com a pandemia, torna-se impossível desconsiderar o caráter público e coletivo desse campo, pressupostos fundamentais do projeto da Reforma Sanitária que deu origem ao atual sistema de saúde brasileiro.

Como é possível verificar na citação a seguir, essa avaliação também é compartilhada com outros autores, mesmo não sendo a presença do SUS na mídia sua ênfase.

A realidade colocada pela pandemia [...] demarca, por um lado, a importância do SUS único, gratuito, público e universal, a exemplo das ações de assistência à saúde e de vigilância epidemiológica, apesar do seu histórico subfinanciamento e, recentemente, do seu desfinanciamento provocado pela política de austeridade fiscal da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que sustenta um importante deslocamento do fundo público para o campo da financeirização da economia, como aponta Salvador (2020). (OLIVEIRA; MATOS; SOUZA, 2020, p. 2).

A mudança de abordagem sobre o SUS nos permite observar a divulgação de *pautas positivas*, como aponta Guimarães (2020), que entende tal alteração como uma exigência da realidade, pois inexitem informações acerca de indicadores, serviços, equipamentos fora do Sistema Único de Saúde. No entanto, mesmo com a possibilidade de destaque para *pautas positivas* do SUS, o jornalismo empresarial - como é estruturado - não é capaz de abordar a totalidade do Sistema ou da situação de Covid-19 no Brasil.

3.2 SUS: CONTRADIÇÕES ENTRE O PROJETO E A REALIDADE

Os bons resultados obtidos com a implantação do SUS foram, por muito tempo, demonstrados a partir de programas considerados referência internacional, tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS) como pela comunidade científica que trata do tema da saúde pública. Dentre eles, podemos citar a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Programa Nacional de Imunização (PNI), a Prevenção e Controle de HIV/AIDS, o Sistema Nacional de Doação e Transplante de Órgãos, o Controle do tabagismo, o Tratamento contra Hepatite C, os Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), o Registro Nacional de

Doadores de Medula Óssea (REDOME), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); ações para tratamento da hipertensão, a saúde materna e à criança e atendimento oncológico (UOL, 2018; POLITIZE, 2018). No entanto, a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, com a intensificação da política de austeridade e desvalorização da saúde pública, ciência e tecnologia, observamos a aceleração do desmonte do SUS que resultou no agravamento do desfinanciamento estrutural do sistema e a adoção de medidas mais pontuais, como a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), uma série de retrocessos na área de saúde mental, a extinção de farmácias públicas do PFPB e o fim do Programa Mais Médicos.

O projeto do que se tornou o SUS se forja entre os anos 1976 e 1988, no contexto do chamado movimento da Reforma Sanitária. Este movimento foi responsável pela mobilização de diversas lutas que defenderam uma mudança radical no modelo de atenção à saúde que existia no país e resultaram no reconhecimento da saúde como direito social e universal. De acordo com o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser considerada um direito de todos e dever do Estado, o qual deve ser efetivado a partir de “políticas econômicas e sociais que visem a redução de risco de doença e de outros agravos, [bem como o] acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção proteção e recuperação” (PAIM, 2015, p. 43-44).

Nesse momento, foi possível identificar o surgimento de uma nova compreensão acerca da concepção de saúde no país. Tratava-se da adoção de um conceito ampliado que engloba noções como a de determinação social da saúde e da doença, reconhecendo questões como “produção e distribuição da riqueza e da renda, emprego, salário, acesso à terra para plantar e morar, entre outras que influem sobre a saúde dos indivíduos e das comunidades” (PAIM, 2015, p. 44).

Aprofundando esse raciocínio, Stevanim e Murtinho (2021) fazem uma importante mediação com a comunicação pública quando consideram que, nesse contexto,

Formava-se o entendimento de que somente um conjunto de políticas públicas que promovesse o enfrentamento das desigualdades sociais históricas, dentre elas as que representavam entraves ao exercício da liberdade de expressão e pensamento e à participação política, poderia gerar a concretização de um cenário em que o direito à saúde fosse uma realidade (STEVANIM; MURTINHO, 2021, p. 31).

Em contraponto à ascensão das lutas por redemocratização do país e do movimento sanitário da década de 1980, foi eleito o presidente Fernando Collor de Mello e instaurada, a partir de 1989, uma política econômica neoliberal que contou com o impulso das pressões dos

credores das dívidas externa e interna [que] submeteram a política social como um todo e o setor de saúde, em particular, a grandes dificuldades. Tais dificuldades dizem respeito principalmente à redução dos recursos disponíveis para o financiamento da saúde (LEVCOVITZ, 1997 apud SERRA; RODRIGUES, 2007).

Ainda hoje o SUS sofre as consequências desse abalo na sua estrutura de financiamento, que veio se agravando ao longo dos anos.

Vale destacar que o artigo 199 da Constituição Federal de 1988 reconheceu a participação das instituições privadas como complementar ao SUS, entretanto, cabe a estas seguir as diretrizes por ele estabelecidas. Essa participação pode acontecer via contrato de direito público ou convênio, tendo prioridade as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. Tal brecha possibilitou a presença do setor privado no SUS e a sua difusão em todos os âmbitos do sistema, como apontam Stevanim e Murtinho (2021, p. 32), processo esse facilitado pelo subfinanciamento do sistema público. São exemplos dessa variada presença do privado no SUS a terceirização da força de trabalho e do repasse de recursos públicos para Organizações Sociais (OS), além dos planos de saúde privados –, o que contribuiu para um processo de sucateamento, desmonte e progressiva privatização do sistema, constituindo uma situação de complementaridade invertida (SANTOS, 2018, p. 213), descaracterizando a proposta central do SUS que é a universalização do direito à saúde. Direito esse que, como aponta Paim (2015), está relacionado à condição de cidadania, independentemente da contribuição ou não à previdência social, da condição de pobreza ou da renda. Nesse sentido, vale ressaltar que mesmo os 47 milhões de brasileiros beneficiários de planos privados de assistência médica (ANS, 2020), que correspondem a cerca de 22% da população total do País, também dependem do SUS porque usufruem de ações como campanhas de vacinação, ações de vigilância sanitária e epidemiológica.

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988 foi o marco da criação do Sistema Único de Saúde. Mas, além do texto constitucional, duas leis principais regulam esse Sistema. Uma delas é a Lei Orgânica da Saúde (LOS), formada pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que define com maior detalhamento os objetivos, atribuições do SUS além de outras questões, como o papel do setor privado ou seu financiamento. A outra é a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que complementa a Lei nº 8.080 definindo aspectos anteriormente vetados, como a participação popular, e incluindo mais aspectos no âmbito do financiamento do Sistema Único de Saúde.

Dentre temas definidos pela LOS constam ainda importantes princípios e diretrizes que contribuem para uma percepção mais ampliada sobre o que é o Sistema Único de Saúde.

Com base em Paim (2015) e Mathias (2018), um dos princípios fundamentais do SUS é a *universalidade*, que determina que, no Brasil, todos os cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação, têm direito ao acesso às ações e serviços de saúde. Outro princípio é a *equidade* que se relaciona com os conceitos de pluralidade e a diversidade nas necessidades de saúde. Diz respeito, portanto, “a tratar desigualmente o desigual, atender para as necessidades coletivas e individuais” (MATHIAS, 2018). No mesmo texto, a autora define o que é *integralidade*, outro princípio do SUS, que “engloba o conceito ampliado de saúde, segundo o qual as pessoas precisam ter condições de vida, de moradia, de trabalho, de lazer, de educação - está relacionada à compreensão de totalidade que se deve ter do indivíduo e da coletividade” (MATHIAS, 2018).

A diretriz de *descentralização* define que o poder e a responsabilidade sobre o setor da saúde são distribuídos entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade. Tendo isso em vista, a **regionalização** deve orientar a descentralização das ações e serviços de saúde e os processos de negociação e pactuação entre os gestores. A *hierarquização* é uma diretriz organizativa que envolve o investimento equitativo em todos os níveis de atenção – primária, secundária e terciária - possíveis e adequados (de acordo com as possibilidades e as necessidades de cada região ou localidade) e a relevância de garantir-se a boa articulação entre os níveis. A divisão de responsabilidades entre estados, municípios e União foi estabelecida em normas posteriores à Constituição Federal de 1988, que não passaram “pelo debate do poder legislativo [...pois foram] definidas em espaços de pactuação entre os entes federados [...] construídos no campo da saúde” (GUIMARÃES, 2020) e funcionam como modelo de referência para outras políticas públicas.

O SUS é organizado a partir de diferentes níveis de complexidade da atenção. A Atenção Básica (AB) caracteriza-se como *porta de entrada* para o SUS, funcionando essencialmente para a inserção dos indivíduos aos serviços de assistência ofertados. Posto isso, é válido enfatizar sua importância, entendendo que sua atuação funciona como um filtro responsável por organizar o fluxo de serviços nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), sejam eles procedimentos simples ou complexos. Dessa forma, com suas equipes multiprofissionais, que prezam por um enfoque comunitário e territorial,

acompanham o estado de saúde e os problemas da população do entorno no dia a dia, inclusive aqueles que hoje são considerados agravantes dos sintomas de Covid-19, como a diabetes, a hipertensão, e a tuberculose – as chamadas ‘comorbidades’. Como cada unidade básica atende a uma população específica, cadastrada de acordo com o local de moradia, ela guarda um conhecimento da história do paciente que facilita, por exemplo, o mapeamento e o monitoramento dos grupos de risco do coronavírus em cada região. (GUIMARÃES, 2020).

Nota-se ainda sua capacidade de atuação preventiva frente a crises sanitárias – enfatizando a pandemia de Covid-19 vigente -, uma vez que usufruem de estratégias territorializadas que garantem um acompanhamento mais próximo da realidade dos grupos populacionais, considerando, inclusive, suas especificidades.

Diante disso, a Atenção Primária em Saúde (APS) atua em campos imprescindíveis para a implementação de estratégias capazes de minimizar os danos causados pela pandemia e reorganizar os serviços de acordo com as características da epidemia, que moldam novas demandas populacionais, sejam elas de prevenção e proteção ou de cuidados. Ações como a vigilância dos territórios e a capacidade de testagem em massa são alguns dos papéis realizados pela APS que demonstram sua relevância para o combate ao novo coronavírus e suas variações, além de fortalecerem o cuidado prestado à população (SARTI; LAZARINI; FONTENELLE; ALMEIDA, 2020).

No entanto, é necessário reconhecer as fragilidades da APS no SUS que, como já referimos, encontra-se em processo de desmonte pelas medidas de austeridade consolidadas nos últimos anos, que foram responsáveis pela convergência do subfinanciamento crônico, que há muito perpassa o sistema público de saúde brasileiro, a um não financiamento agudo, somando novas dificuldades aos desafios sempre enfrentados (OCKÉ, 2020; GRABOIS, 2020; MORAES, 2020; CAMPOS, 2020; VENTURA, 2020).

Essas mudanças configuram uma dificuldade de resposta imediata da APS na pandemia, entendendo que estas geram lacunas no funcionamento integral das unidades e suas respectivas funções, o que pode ser catastrófico para esse momento (MORAES, 2020).

Como concordamos com Ocké (2020) quando ele diz que manter políticas de austeridade na situação de crise não só é irracional, é também irresponsável, diante desse contexto, reiteramos o consenso entre inúmeros pesquisadores que defendem que o enfrentamento da pandemia precisa ser feito com o fortalecimento do SUS, com ampliação urgente do seu financiamento para o abastecimento de insumos de proteção dos trabalhadores da saúde bem como para o equipamento de hospitais e Unidade de Tratamento Intensivo. Frente aos alertas de surgimento de novas variantes do coronavírus, é preciso assegurar a proteção da população e garantir condições dignas de trabalho aos profissionais da saúde, mesmo com a atual diminuição do número confirmado de casos e morte por Covid-19.

Mas, para além da assistência à saúde da população, o SUS envolve um conjunto de outras atividades normalmente desconhecidas, dentre elas a Vigilância Epidemiológica ocupa um papel essencial. O trabalho de epidemiologistas é distribuído entre equipes que atuam em

todos os entes federados e envolve aspectos como o cálculo de estimativas para o grau de transmissibilidade de vírus ou de diferentes cenários, de forma a pensar como se pode enfrentar epidemias. Dessa forma, o país tem “uma rede que é capaz de garantir promoção e prevenção, organização do orçamento público, da infraestrutura para enfrentar a epidemia” (WAGNER, 2020 in GUIMARÃES, 2020).

A análise do autor aponta que uma pandemia da proporção da qual vivemos hoje, em um contexto anterior ao SUS, faria com que 80% a 90% da população só tivesse como alternativa as Santas Casas de Misericórdia. Noutros termos, o único recurso à assistência à saúde gratuita para qualquer pessoa presente no território brasileiro era a filantropia. Diferentemente do SUS, nesse período, inexistiam as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o fluxo para o acesso hospitalar, incipiente modalidade de atenção derivada do reduzido número de hospitais.

Para Wagner (2020 in GUIMARÃES, 2020) e Paim (2009), as ações de saúde eram distintas e fragmentadas em função da existência de dois comandos nacionais. Por um lado, estava o Departamento Nacional de Saúde Pública, responsável pelas ações de campanhas e vacinas. Por outro lado, estava o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), responsável pelo desenvolvimento da assistência médica e hospitalar, mas que só atendia um segmento da população formado por trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Desse modo, quem não tinha vínculo formal de trabalho recorria à assistência médica liberal, à filantropia ou à medicina popular.

Um dos pressupostos deste trabalho, que vamos investigar de forma concreta a partir da análise de matéria jornalísticas do maior telejornal brasileiro, é que toda essa riqueza de princípios, concepções, marcos legais e organização federativa que compõe o SUS é frequentemente esvaziada nas abordagens em que ele aparece na imprensa hegemônica, muitas vezes reduzido à dimensão da assistência, sem que sequer se considere o contexto da sua efetivação, marcado por carências como a falta de financiamento, a precarização do trabalho e a crescente privatização.

4. ANÁLISE DOCUMENTAL: O SUS NA TELA DA GLOBO

4.1 PROPOSTA METODOLÓGICA

Para a realização desta pesquisa foi efetuada uma investigação com dados secundários, de informações obtidas a partir de reportagens de telejornal, caracterizando a parte de pesquisa documental do trabalho, justamente por julgá-las como as formas mais adequadas para compreender a influência do discurso midiático sobre o Sistema Único de Saúde.

A fim de investigar o tratamento do SUS na imprensa, foi empreendida, a partir da pesquisa documental, a análise de reportagens de telejornal. A escolha da televisão como meio de comunicação a ser observado, nesse estudo, se justifica pela notória hegemonia político-cultural exercida por esse meio e ainda devido aos dados mais recentes de acesso à TV e internet no Brasil divulgados pela pesquisa TIC Domicílios 2019.

As informações coletadas pela Cetic apontam para a prevalência da televisão sobretudo nas classes mais pauperizadas, como será visto adiante. Além disso, vale ressaltar o recente crescimento, durante a pandemia, da credibilidade do jornalismo televisivo em comparação aos outros veículos de informação, como apontado por Marques (2020), no Jornal Folha de S. Paulo; por Lara (2020), no Estadão (2020); e por Torres (2020), no O Globo (2020).

O programa escolhido para tal investigação foi o Jornal Nacional (JN), veiculado pela emissora Globo. Tal escolha justifica-se por se tratar da rede mais assistida de televisão, com 39,6% da audiência total e o JN ser um jornal bastante tradicional da televisão brasileira, sendo o programa de jornalismo mais antigo no Brasil, cuja primeira exibição data de setembro de 1969. Devido ao seu horário de transmissão, apresenta maior influência sobre a classe trabalhadora e, em contraponto aos telejornais locais, quando aborda temas da área da saúde, tende a apresentar questões mais estruturais e gerais do país, no lugar de abordagens voltadas para serviços e denúncias de mau funcionamento.

Foram analisadas as últimas 10 reportagens sobre saúde veiculadas pelo JN antes da pandemia e outras 10 reportagens em datas marcantes ao longo do período pandêmico. Consideramos aqui a hipótese de que a pandemia tenha produzido mudanças e trazido contradições para a forma como a grande imprensa empresarial retrata a saúde pública no Brasil. Para tal pesquisa, foram realizadas buscas por trechos referentes à saúde na página do JN, na plataforma de streaming *Globoplay*, através da função calendário, que permite a pesquisa desses trechos por data.

Desse modo, o presente capítulo conta com a análise, portanto, de 20 matérias veiculadas em 14 diferentes edições do JN referentes ao período de janeiro de 2020 a janeiro de 2021. Isso porque, nas edições anteriores à pandemia, o tema saúde era muito menos pautado, por isso, foram selecionadas 10 matérias em 10 edições diferentes, pois realmente eram as únicas referentes à saúde naquelas edições. Por outro lado, com a pandemia esse tema passou a ter uma relevância inegável pela mídia e são exibidas diversas matérias sobre saúde - mais especificamente sobre o coronavírus - em uma única edição. Por conta disso, a seleção das 10 notícias do período da pandemia concentrou-se em 4 edições.

Com o intuito de potencializar a observação e estudo dos elementos utilizados em cada telejornal a ser analisado, buscamos nos inteirar de aspectos importantes para um roteiro inicial da análise televisual. Becker (2005), por exemplo, indica que, para análise crítica de telejornais, sejam observados aspectos como a estrutura da notícia, os blocos e sua construção e distribuição, o ritmo, os apresentadores, os repórteres, as matérias, as entrevistas e os depoimentos, os campos temáticos, recursos gráficos e cenários.

Em um estudo de mapeamento das metodologias utilizadas para análise televisual, Becker (2019) também aponta para a importância de olhar para as imagens e suas combinações com as palavras na intenção de interpretar a produção de sentidos gerada com essa relação. A partir do mapeamento supracitado, a autora expõe que estudos de telejornalismo ainda privilegiam

o conteúdo em detrimento da forma e [que] verifica-se uma carência de olhares sobre as combinações de imagens e palavras produtoras de sentidos constituídas na escrita e na leitura, bem como sobre o sistema comunicativo onde o texto está inscrito, as práticas produtivas e as interações das audiências (BECKER, 2019, p. 76).

Dessa forma, a autora ressalta a importância de analisar os aspectos do meio que podem intervir na forma textual e a estruturação dos textos na grade de programação, evidenciar os interesses ideológicos presentes nas emissoras de TV e os modelos de negócio próprios a ela e procurar compreender como se dão as interações das audiências e como isso implica nas narrativas difundidas.

Ao longo da pesquisa, buscou-se observar os seguintes aspectos:

- 1) o tempo de tela ocupado pela notícia;
- 2) se ela foi ou não abordada na escalada do programa;
- 3) os tipos de fontes utilizadas;
- 4) se foi uma notícia mais informativa ou opinativa; e
- 5) a parte do programa em que foi noticiada.

Além desses aspectos, também procurou-se observar as seguintes questões:

- 1) É uma notícia predominantemente negativa, que lamenta uma situação, denuncia ou critica algo, positiva, que anuncia alguma novidade a ser comemorada ou *neutra*, no sentido de ser mais presa ao padrão informativo?
- 2) A ação da saúde pública aparece de que forma?
- 3) O SUS é nomeado?
- 4) Que estratégias são utilizadas para dar credibilidade a essa matéria?
- 5) Que parte do SUS poderia ser mais explorada nessa temática e foi deixada de fora?
- 6) Como podem ser interpretadas as imagens usadas na reportagem, como elas cooperam para expressar uma mensagem em conjunto do texto?

No entanto, uma questão que não foi abordada por esta pesquisa foram as possíveis relações entre o conteúdo noticioso do jornal e as inserções publicitárias que aparecem no intervalo do telejornal porque os comerciais originalmente exibidos não aparecem na plataforma do Globoplay. Essa categoria poderia ser importante para uma análise televisiva, como a que se propõe nesse trabalho, pois a relação estabelecida entre esses intervalos comerciais e o conteúdo jornalístico, nem sempre, mas, por vezes, estão correlacionadas, produzindo narrativas próprias.

4.2 ANTES DA PANDEMIA

Foi definido como data de início para a segunda parte da pesquisa o dia 13 de março de 2020. Essa escolha se deve ao marco dos primeiros casos de contaminação comunitária⁶ divulgados no país. Nesse dia, segundo Valente (2020), o número de casos confirmados do novo coronavírus chegou a 98. A partir dessa sexta feira o governo federal já havia recomendado o cancelamento de eventos públicos; o governo de São Paulo anunciou a suspensão gradativa das aulas e cancelamento de eventos de com mais de 500 pessoas por tempo indeterminado; e no Rio de Janeiro grandes aglomerações também foram proibidas com ameaça de fechamento das praias.

Apesar desse marco, é fato que os efeitos da propagação do coronavírus já estavam sendo noticiados no JN em âmbito global e nacional, com o monitoramento constante dos casos suspeitos de Covid-19. Com isso, vale ressaltar que, na seleção das 10 matérias anteriores à

⁶ Por contaminação comunitária entende-se a confirmação de um caso no qual não é possível mapear o primeiro responsável pela contaminação na cadeia de infecção.

pandemia, foram desconsideradas aquelas divulgadas antes de 13 de março de 2020 que, mesmo abordando o SUS, tivessem como temática central o novo coronavírus.

As notícias analisadas nessa parte da pesquisa podem ser verificadas no Quadro a seguir.

Nº	Assunto	Data	Duração
1	Qualidade questionável da água fornecida pela Cedae no Rio de Janeiro devido à poluição dos rios da Bacia Guandu pode causar problemas de saúde como febre, diarreia ou dor de cabeça	15/01/2020	3:34min
2	Morte de macacos por Febre Amarela aumenta alerta em três estados levantando a necessidade por vacinação	16/01/2020	2:12min
3	Campanha de prevenção ao câncer de colo de útero e de vacinação contra HPV	18/01/2020	2:00min
4	Anvisa identificou a presença de uma substância que pode causar câncer em medicamentos e suspendeu sua comercialização	21/01/2020	2:50min
5	Nova campanha de vacinação contra Sarampo	10/02/2020	2:43min
6	Brasileiro coordenador de bancos de leite materno – pesquisador do IFF/Fiocruz - ganha prêmio da OMS	13/02/2020	2:30min
7	Anúncio do Dia D da campanha de vacinação contra Sarampo	14/02/2020	3:00min
8	Campanha de vacinação contra Sarampo	15/02/2020	2:30min
9	Ministério da Saúde antecipa campanha de vacinação da gripe para facilitar identificação de casos de Covid-19	27/02/2020	3:08min
10	Governo amplia orientação sobre vacina da Febre Amarela	04/03/2020	0:26seg

Quadro 1 - Notícias analisadas e que foram publicadas na plataforma de streaming Globoplay no período anterior à pandemia de Covid-19 (15/01 a 04/03/2020)

Fonte: A autora.

A partir do Quadro 1, pode-se aferir que, nos 3 últimos meses anteriores à pandemia, a periodicidade de notícias sobre saúde era irregular, pois havia semanas em que eram transmitidas até 3 matérias, abordando o tema; entretanto, também verificamos outras semanas com apenas 1 reportagem sobre saúde; e ainda períodos em que se tinha 1 ou 2 semanas sem notícia alguma. Essa é uma característica que muda completamente com a pandemia, período em que se vê múltiplas notícias sobre saúde em todos os dias de telejornal.

Outra característica que se deve observar a partir do Quadro 1 é que há uma predominância evidente da temática da imunização nas notícias veiculadas durante esse período, considerando que, de 7 matérias, 10 abordam o tema. Nesse sentido, destaca-se que essa prevalência como pauta principal de um telejornal nacional reforça a percepção da imunização como uma ação regular da saúde pública.

Além disso, outras observações possíveis para essas notícias sobre vacinação perpassam as estratégias comunicativas utilizadas. Em sua maioria, foram apresentadas matérias que demonstraram uma estratégia dupla de denúncia e anúncio, um movimento de assustar o telespectador com determinada situação para, logo em seguida, promover a imunização criando-se um tom de campanha para essas sessões do telejornal.

A notícia nº 8 analisada na pesquisa foi a terceira reportagem da semana em que foi divulgada a informação sobre a baixa cobertura vacinal do sarampo e estimulada a vacinação. Essa notícia, que foi uma suíte da noite anterior, reintroduz o caso de um bebê de 8 meses que residia em um abrigo filantrópico em Nova Iguaçu - município do estado do Rio de Janeiro - e veio à óbito após se contaminar pelo sarampo, configurando o primeiro óbito em 23 anos pela doença no estado o Rio de Janeiro - para em sequência transmitir a cobertura do Dia D para a vacinação contra o Sarampo, registrando o fluxo de pessoas nos postos de saúde de alguns estados brasileiros. Apesar do tom ameaçador de uma notícia como a morte de um bebê por uma doença que há décadas é imunoprevenível, a reportagem toma um rumo mais construtivo ao dar preferência à exibição de locais com alta procura pela vacina e a entrevistas de usuários cujas falas não são informativas, mas servem apenas para incentivar a imunização contra o sarampo, demarcando, justamente, a tática de denúncia e anúncio.

É fundamental que também se destaque que, dentre as 7 notícias sobre imunização, nenhuma mencionou o Sistema Único de Saúde. A única vez em que o símbolo do SUS apareceu na tela do JN - em uma notícia sobre vacinação - foi durante uma entrevista com o ministro da saúde - à época, Luiz Henrique Mandetta - que tinha como fundo um painel estampado com a logo do sistema. Mas, de toda forma, esta não foi uma escolha editorial, e sim do próprio Ministério da Saúde, que montou esse cenário para as entrevistas coletivas.

A ausência de referência ao SUS se deu apesar de a vacinação no Brasil, por meio do PNI, ser um grande sucesso conquistado pela saúde pública ao longo do século, alcançando êxito e alta cobertura para várias doenças - situação que tem se invertido nos últimos anos - e ser também majoritariamente efetuada pelo Sistema Único de Saúde.

Ainda que, na prática, a relação entre vacina e SUS seja facilmente traçada pelos seus usuários, no discurso da grande imprensa, esta não é uma associação que ocorre de forma

direta. O SUS não é nomeado. Essa é a problemática evidenciada na Reportagem nº 2, analisada nessa etapa da pesquisa, intitulada “Morte de macacos por Febre Amarela aumenta alerta em três estados levantando a necessidade por vacinação”. Nela, o SUS aparece a partir da ação do Ministério da Saúde, no discurso especializado da diretora técnica do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) de São Paulo e na própria oferta do serviço de vacinação pela Atenção Primária em Saúde. Em parte, esses sujeitos são relacionados ao SUS pela população, mas é importante destacar que não houve, de fato, a utilização da sigla em nenhuma das imagens projetadas ou textos declarados.

Essa mesma questão também se replica com instituições vinculadas ao SUS, como a Fiocruz, a Anvisa e o Instituto Butantan, que, no entanto, diferente da vacinação, não são tão facilmente associadas ao SUS pela população. Essa tendência reforça o pressuposto de que o SUS exibido nos telejornais é muitas vezes simplificado, sendo reduzido à dimensão da assistência. Para exemplificar a *invisibilidade* do SUS nessas importantes instituições de saúde que o compõem, tem-se o caso posto em evidência na Notícia nº 4 do Quadro 1, intitulada “Anvisa identificou a presença de uma substância que pode causar câncer em medicamentos e suspendeu sua comercialização”. A reportagem aponta para uma importante ação dentro da grande área da saúde pública que é a fiscalização de produtos farmacêuticos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). No entanto, não é transmitida nem explicada à população essa importante faceta do Sistema Único de Saúde.

Outro ponto importante que pode ser levantado a partir da análise dessa notícia é a contribuição do apoio gráfico, no campo visual, para a compreensão do conteúdo apresentado. Na Reportagem nº 4, foi noticiada a identificação de impurezas do tipo nitrosamina em níveis acima do tolerável em um dos remédios mais populares para tratar azia, úlceras e refluxos, que tem como princípio ativo o Cloridrato de Ranitidina, medicamento fabricado da Índia. No Brasil, havia 24 laboratórios importando esse medicamento da Índia que foram solicitados a realizar testes para averiguar os níveis de nitrosamina - substância considerada cancerígena pela Organização Mundial de Saúde. Dando continuidade ao destrinchamento desse ocorrido, foram apresentadas, a partir de slides, informações de fontes da Anvisa sobre o recolhimento desses medicamentos que são utilizados para o tratamento de doenças no aparelho digestivo. Desse modo, avaliamos que esse recurso visual contribuiu para assimilação do conteúdo descrito pela repórter.

Ainda em referência ao campo visual, dois recursos utilizados com frequência se destacaram nas reportagens selecionadas, aparecendo de forma estratégica na comunicação promovida. São eles: mapas que contribuem para localizar no espaço a informação oferecida

no *voice over*; e ilustrações ou animações narradas também pelo *voice over*, com o intuito de auxiliar didaticamente na explicação de informações um pouco mais complexas. Tal estratégia pode ser observada na Notícia nº 3, que utiliza imagens para apoiar a explicação de que a transmissão do *Human Papiloma Virus* (HPV) está associada ao desenvolvimento do câncer no colo do útero, como é possível identificar na Ilustração 1.

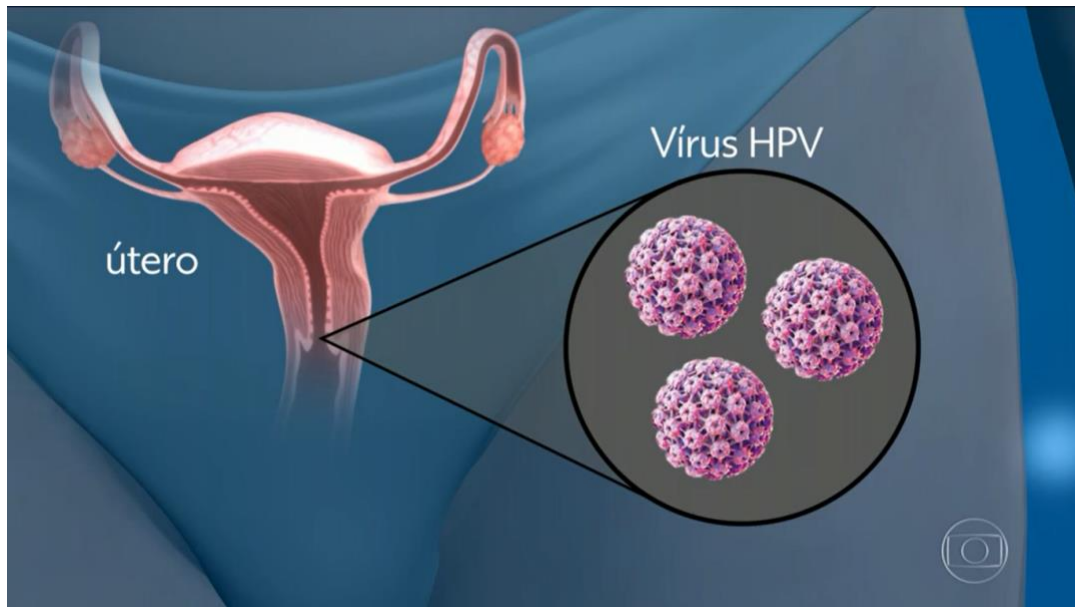


Ilustração 1 – Como ocorre o desenvolvimento do câncer de colo de útero?
 Fonte: JN, 18 jan. 2020.

A clareza na explicação sobre a contração do HPV e formas de prevenção com a utilização de imagens ilustrativas da anatomia feminina contribui também para a transmissão de uma maior credibilidade sobre as informações passadas. O mesmo também ocorre em outras notícias, como a reportagem sobre a vacinação contra a febre amarela, na qual é exibida uma explicação acerca de como ocorre a contaminação pela febre amarela - também por meio de ilustrações narradas -, de modo a esclarecer que os macacos não são os vetores para doença e a desestimular a caçada por esses animais que, segundo a diretora técnica do CVE de São Paulo, são eventos sentinelas que apontam onde o vírus está circulando.

Outra característica que esteve associada a essa noção de credibilidade das notícias transmitidas são as fontes utilizadas ao longo do telejornal. Como mencionado anteriormente no Seção 2.2 deste TCC, os jornalistas tendem a privilegiar o uso de fontes oficiais por serem consideradas mais credíveis, apresentarem produtividade e autoridade (TRAQUINA, 2005a). Na pesquisa, foi possível identificar o uso dessas fontes oficiais em uma parte significativa das notícias referentes à saúde que foram ao ar no início de 2020, como é possível observar no

Apêndice A do Trabalho. Dentre as notícias assistidas, observamos que as Reportagens nº 1, nº 7, nº 8 e nº 9 contaram como fonte algum secretário ou secretaria de saúde; e que as Notícias nº 2, nº 5, nº 7, nº 5, nº 9 e nº 10 utilizaram informações do Ministério da Saúde ou colocações do ministro da pasta.

As falas dessas fontes oficiais - governantes e gestores que falam em nome do Estado - ocuparam uma função importante de convencimento através da autoridade proveniente tanto da forma como escolhem se comunicar, sendo mais incisivos, quanto pelo próprio status da pessoa que está falando. Vale destacar que, eventualmente, também foi observado esse mesmo efeito na fala de especialistas, quando esses transpassavam maior assertividade em suas colocações.

Outro enquadramento observado se pauta em uma estratégia construída para tocar os telespectadores através da proximidade. Nesse caso, são trazidas ao telejornal pessoas comuns (muitas vezes usuários do SUS) para fazerem falas de incentivo ou de lamento, que na pandemia se tornou o testemunho de familiares de vítimas de Covid-19, por exemplo. Essas fontes não configuram conteúdos científicos ou posicionamentos formais, não ocupam um lugar de autoridade, mas sim de proximidade com o telespectador.

Essas diferentes estratégias de credibilidade e de convencimento (fontes oficiais e especialistas), seja por meio de discursos mais incisivos, seja por falas de incentivo feitas por usuários ou de campanhas foram visualizadas em notícias como a Reportagem nº 5, que anuncia a nova campanha de vacinação contra o sarampo. Nela são apresentados trechos de uma coletiva de imprensa com o ministro da saúde da época - Luiz Henrique Mandetta -, indicando que a avaliação do Ministério da Saúde é de que parte considerável da população não conhece doenças como o sarampo ou que as reconhecem como doenças do passado e, por isso, não levam seus filhos para vacinar. A partir disso, o ministro é incisivo, ao alertar que essa negligência pode custar a vida dessas crianças, transmitindo uma seriedade necessária para a veiculação de tal assunto.

Como mencionado anteriormente nessa análise, a Reportagem nº 8 analisada nessa parte do trabalho também foi terceira a tratar sobre o sarampo em uma semana. A diferença de abordagem entre ela e a última reportagem descrita - a matéria nº 5 que abordou os resultados do Dia D - é evidente. Diferentemente da persecução da credibilidade pela assertividade, nela fica clara a estratégia de convencimento através da busca por falas de campanha evocadas por usuários do SUS que acabaram de se vacinar ou que estão a caminho de tal ação.

Como já foi mencionado na Seção 2.1 desse TCC, os telejornais tendem a se aproximar do modelo informativo devido a sua necessidade de trabalhar com o que é factual, trazendo

sínteses dos acontecimentos do dia, de forma a apresentar uma importante dependência diante de acontecimentos externos. As notícias observadas nessa primeira parte da pesquisa não foram exceções a essa tendência. As 10 matérias analisadas foram classificadas como informativas.

No que tange o formato das notícias sobre saúde, houve uma importante predominância das reportagens caracterizadas por um formato que ocupa um espaço maior da programação dos telejornais, entretanto, frequentemente são produzidas em curto período de tempo, de forma a dificultar a prevalência de abordagens críticas. As reportagens se destacam por terem um formato um pouco mais completo, ao fornecer relatos ampliados a respeito de *um acontecimento, mostrando suas causas, correlações e repercussões*, a partir de textos, imagens, apresentadores, repórteres e entrevistados, cabeça ou *lead* do programa, *off*, boletim, sonoras e nota pé. Podem ser divididas em dois tipos: a *factual* que é a “matéria quente que requer divulgação imediata, sob pena de perder a atualidade” (REZENDE, 2009, p. 12) e a *feature* que é a “referente a assuntos de interesse permanente, que não necessitam do atributo da atualidade, denominada de matéria fria ou de gaveta” (REZENDE, 2009, p. 12).

Em meio às matérias analisadas, também foi identificado um outro formato, o da *nota*. Esse formato pode ser reconhecido pelo relato objetivo produzido acerca do acontecimento referido a depender da ordem e tom escolhidos para a transmissão. Ocorre como *nota ao vivo* quando é realizada a leitura do texto pelo apresentador durante o quadro, com o objetivo de dar ritmo ao telejornal ou substituir a disposição de imagens. A nota observada foi protagonizada pelo âncora William Bonner que destacou que o Ministério da Saúde ampliou para todo o país a orientação de imunização contra a febre amarela porque a área de cobertura vacinal estava muito abaixo da recomendada. O apresentador também indicou a faixa etária para vacinação e a expectativa de doses aplicadas – todas as informações constaram na tela que também indicou que as fontes das informações descritas eram do Ministério da Saúde.

Por fim, é necessário destacar uma importante reportagem veiculada nos primeiros meses do ano de 2020 que trata sobre o pesquisador brasileiro e médico coordenador do banco de leite materno do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) - unidade da Fiocruz -, que ganhou o prêmio Dr. Lee Jong-wook para cientistas que se destacaram na área da saúde pública, concedido pela Organização Mundial da Saúde. A relevância dessa notícia está no fato de que ela representa uma exceção dentro da amostragem selecionada nessa pesquisa. É a única que aborda o SUS de forma direta, associando-o à Fiocruz, ainda que – vale lembrar – essa associação se dê a partir de uma unidade que trabalha com o nível da assistência.

A reportagem inicia mostrando uma doadora de leite e o caso de uma família cujo filho recém-nascido está internado e é usuário do banco de leite do IFF, ressaltando a importância daquele serviço. Em seguida, é apresentada a iniciativa do médico premiado que há 35 anos começou a criar uma rede de bancos de leite humanos pelo Sistema Único de Saúde. A equipe sob sua coordenação foi responsável por efetivar essa troca entre doadoras de leite e crianças que precisam do leite materno, a partir do barateamento das práticas, utilizando frascos de vidro de café instantâneo ou maionese higienizadas no lugar de embalagens padronizadas importadas. A reportagem segue apresentando que a ideia que surgiu no IFF/Fiocruz se espalhou para todo o país, que hoje conta com 224 bancos de leite integrados ao Sistema Único de Saúde. Dessa forma, além de ser a primeira reportagem que associa explicitamente o SUS à Fiocruz, também é uma notícia bastante positiva, considerando que nela ainda são destacados que esses bancos de leite são responsáveis pela promoção da amamentação e redução da mortalidade infantil no país.

4.3 DURANTE A PANDEMIA

Estando à frente de uma vasta quantidade de material para a análise dos discursos e formatos que o JN tem escolhido para enquadrar o tema da saúde pública durante a pandemia, observamos denúncias de superfaturamento e corrupção, escassez de leitos de hospitais e de UTI para pacientes de Covid-19, má administração e planejamento dos gestores e governantes e escassez de materiais e medicamentos no mercado, reportagens que apresentavam o panorama epidemiológico dos estados ou contavam histórias pessoais e faziam homenagens às vítimas da Covid-19, entre vários outros temas. Observa-se que, por consequência do novo coronavírus, no Brasil, houve um aumento da incidência de pautas relacionadas à saúde ao longo dos últimos dois anos. Dessa forma, a seleção das notícias para análise documental foi restrita a pontos marcantes da pandemia, como os dias em que o Brasil atingiu as lastimáveis marcas de 10.000, 50.000, 100.000 e 200.000 mortes por Covid-19. Algumas dessas datas podem ser conferidas na Figura 2.



Ilustração 2 – Evolução dos óbitos por Covid-19 no Brasil até a marca dos 600 mil
Fonte: JN, 8 out. 2021.

Não constam no gráfico os marcos dos primeiros 10.000 e 50.000 óbitos da pandemia no Brasil, que ocorreram respectivamente nos dias 09 de maio e 20 de junho de 2020.

A partir das primeiras semanas de isolamento no Brasil, já podia se observar que o tema do novo coronavírus havia tomado conta de praticamente toda a programação do JN e, hoje, quase dois anos depois, mesmo que com menor espaço, esse assunto ainda ocupa o noticiário. Essa constatação nos permite perceber que os títulos selecionados para esta parte da pesquisa, como observados no Quadro 2, conseguem dar um breve panorama da pandemia no Brasil e das medidas para o seu enfrentamento.

Nº	Tema	Data	Duração
1	Ceará passa de mil mortes pelo coronavírus	09/05/2020	2:07min
2	População volta a desrespeitar o <i>lockdown</i> no Maranhão	09/05/2020	1:36min
3	Hospital Geral de Roraima sofre com o acúmulo de lixo hospitalar	09/05/2020	3:41min
4	Taxa de ocupação nas UTI's da Grande São Paulo chega a quase 90%	09/05/2020	3:12min
5	Amazonas registra recorde do número de infectados pela Covid-19 em um dia	09/05/2020	2:42min
6	Hospitais alertam para dificuldade de obter anestésicos para a intubação de pacientes	20/06/2020	2:38min
7	Covid: Constituição diz que é dever do Estado evitar doenças — esse dever foi cumprido?	08/08/2020	4:19min
8	Sem respiradores, médicos usam unidade manual de respiração artificial em UTIs do MS	08/08/2020	1:55min
9	Médicos brasileiros relatam aprendizados com pacientes que venceram a Covid	08/08/2020	4:20min
10	Brasil tem 300 milhões de doses de vacinas contra Covid garantidas para 2021, diz Pazuello	07/01/2021	8:08min

Quadro 2 - Notícias analisadas e que foram publicadas na plataforma de streaming Globoplay durante a pandemia de Covid-19 (09/05/2020 a 07/01/2021)

Fonte: A autora.

As quatro edições analisadas nessa etapa da pesquisa demonstram novas abordagens para o campo da saúde em comparação com o que se era comum de observar nesse telejornal no período pré-pandêmico.

Em mais da metade das reportagens analisadas, foi identificada o recurso a uma espécie de *abordagem padrão* utilizada em parte significativa da pandemia. Nessa abordagem, observa-se o intuito de apresentar um panorama da situação epidemiológica das principais cidades de um estado brasileiro específico, que variava de acordo com a edição do telejornal. Essas matérias, normalmente, divulgam uma atualização dos números de casos e óbitos dos estados, das taxas de ocupação dos leitos totais ou de UTI, informações sobre o cumprimento do isolamento social por parte da população e denúncias de problemas relacionados à saúde, como

o caso do Hospital Geral de Roraima (HGR) que, diante de uma grave crise sanitária, teve seus serviços de limpeza paralisados.

Durante a exibição dessa notícia, foi explicado que o lixo deixou de ser coletado, pois a empresa responsável pela limpeza interrompeu os serviços após a dívida do estado chegar a mais de R\$ 6 milhões. O repórter que apresentou a reportagem, Igor Duarte, afirmou que as imagens do lixo espalhado pelos corredores do hospital - que eram mostradas simultaneamente à sua fala, sendo transmitidas na tela - representam o retrato da saúde pública no estado. Um sistema de saúde que enfrenta uma crise que se arrasta há anos com denúncias de superfaturamento em diversos contratos. Duarte segue a reportagem expondo um recente crime de corrupção cometido pelo último secretário de saúde que o estado de Roraima havia tido quando a notícia foi ao ar. O referido secretário havia sido o quinto no cargo durante o governo do PSL, sendo exonerado por fazer uma compra de 30 respiradores no valor de mais de R\$ 6 milhões - preço muito superior ao valor de mercado, segundo a reportagem - e de forma antecipada, ferindo normas da administração pública.

Essas reportagens com abordagem padronizada seguem um formato bastante similar ao de matérias exibidas em telejornais locais, que desempenham mais comumente uma função de serviço e, conseqüentemente, de denúncia. Enquanto a pandemia ainda era pauta principal do JN, eram transmitidas cerca de 3 ou 4 reportagens como essa em cada edição – cada uma sobre um estado diferente. A recorrência desse modelo, ao longo da pandemia, demonstra que a relevância do tema para o interesse público excede o fator novidade no que se refere à seleção de pautas. Na verdade, a *novidade* passa a ser a atualização dos dados de casos, óbitos, taxas de ocupação de leitos etc. Quando essas informações não geram pautas suficientes, apela-se aos testemunhos da população. Esses testemunhos são uma característica predominante nas reportagens sobre a pandemia. As fontes utilizadas são usuários do SUS ou familiares de vítimas de Covid-19 que apresentam seus testemunhos de lamento, decepção, tristeza e indignação. Pode-se observar esse uso de fonte na matéria nº 1 dessa parte do trabalho, na qual, após serem destacados os números de óbitos do estado do Ceará e a baixa adesão ao *lockdown* que havia sido recentemente instituído, é narrado o caso de uma idosa de 90 anos que lutou contra a Covid-19 nos seus últimos dias de vida desde que foi internada em uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) com dificuldade respiratória e faleceu sem conseguir acessar um leito de Unidade de Tratamento Intensivo. Nesse momento da reportagem, também foi exibida uma foto da falecida e o depoimento de um de seus netos, que lamenta não ter conseguido se despedir.

É imprescindível destacar que, assim como ocorre frequentemente em telejornais locais, o foco do JN quando apresenta notícias nesses moldes é a dimensão de assistência do Sistema Único de Saúde. Isso se deve, em grande parte, em função da superlotação dos hospitais e UPA's no período da pandemia.

Outra questão importante de ser levantada acerca das reportagens sobre a pandemia é a recorrência do tema *escassez de leitos*. Duas notícias apontaram para taxas de ocupação altíssimas - próximas a 90% - e outras três matérias indicaram ocupação total de leitos gerais ou de Unidade de Tratamento Intensivo. Nessas reportagens são apresentados casos como o de pessoas contaminadas por Covid-19 que vêm a óbito sem sequer conseguir acessar leitos de UTI ou então casos de regiões do país com altas demandas e quantidade zerada de leitos. Nessas denúncias, diversas informações ocupam o tempo da programação, como relatos de usuários ou familiares, dados do Ministério da Saúde ou de Secretarias Estaduais de Saúde (SES's), imagens do interior dos hospitais lotados e diversos outros elementos. No entanto, não foi questionado em nenhuma das cinco notícias que apresentaram essa problemática se essa insuficiência de leitos já era significativa antes da pandemia ou se sequer existia; não traçaram a associação desse cenário de precarização dos serviços oferecidos pelo SUS com o agravamento da crise do financiamento que o sistema tem enfrentado desde a sua implantação e agravada pela EC nº 95/2016 - popularizada como Teto de Gastos. Nenhuma dessas reportagens também fez qualquer alusão ao debate que defendia a unificação dos leitos públicos e privados durante os momentos de pico de casos graves na pandemia⁷.

Não somente nas reportagens que trazem informações acerca da escassez de leitos, um elemento que é ausente em todas as diversas pautas que abordaram o SUS na pandemia é o debate sobre financiamento: os recursos que faltam para o SUS, para promoção e prevenção; para a AB; para a Média Complexidade; para a Alta Complexidade; e, portanto, que faltam tanto para vacina quanto para leitos de Unidade de Tratamento Intensivo. Quando vislumbram apontar uma causa para essa falta de recursos do SUS denunciada nas matérias, o fazem denunciando a corrupção - que é sim um grande problema no país, mas que, evidentemente,

⁷ O debate sobre a unificação dos leitos engloba a compreensão de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado e que o setor privado é apenas complementar à saúde pública, como já foi abordado na Seção 3.2 desse Trabalho. É uma discussão que aponta que, em vários momentos de escassez de leitos do SUS, a saúde complementar tinha leitos livres que não foram utilizados pelo Sistema Único de Saúde. A fragmentação do discurso da imprensa e da própria concepção da notícia abrem espaço para que reflexões importantes como esse vão ao ar como um fato, não sendo desenvolvidas como parte do argumento. Acompanhada das notícias sobre falta de leitos deveriam estar informações sobre quantos leitos existem disponíveis no setor privado, bem como a informação de que existe na sociedade um debate sobre isso. O que ocorre é que em um dia isso noticiado, mas nos outros não vira um fato a ser usado como chave interpretativa para demais questões.

não é o único responsável pelas limitações de estrutura. Fica de fora da pauta justamente a questão, que já é histórica, do financiamento.

Outra denúncia que apareceu entre as reportagens analisadas nessa segunda etapa da pesquisa diz respeito à escassez de insumos ou materiais essenciais para o funcionamento dos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo. Na reportagem nº 6, foi noticiada a falta de anestésicos para a intubação de pacientes graves. Nela, foram exibidas imagens de prateleiras de medicamentos vazias em uma distribuidora do estado de Mato Grosso, em que o dono afirmou não ter recebido resposta sobre a previsão de chegada do medicamento, mesmo 60 dias após a realização do pedido. Em seguida, o secretário de saúde de Sorriso, município do estado do Mato Grosso, reiterou que já havia falta do produto e que logo hospitais públicos e privados não o teriam mais em estoque. A matéria também mostrou que essa carência estava ocorrendo em Goiânia, capital do estado de Goiás, em São Gonçalo - município do estado do Rio de Janeiro - onde também foi denunciada a falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os trabalhadores -, bem como no interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Notícias como essas, que abordam a escassez de insumos ou materiais para a saúde, aconteceram muitas vezes durante a pandemia. Foram divulgadas a falta de EPI, de kits para análise de testes de Covid-19, respiradores, analgésico para intubação, ingrediente farmacêutico ativo (IFA) para produção da vacina e outras que eram noticiadas aleatoriamente sem que fosse traçado um paralelo entre esses casos. Nas notícias assistidas, não houve brecha para abordagem acerca da falta de produção nacional desses materiais ou o fato de o Brasil ser dependente desses insumos, que são fundamentais para contornar uma crise sanitária como a pandemia. São em casos como esses que observamos a perda de oportunidade de vincular os diversos aspectos que compõem o SUS e a concepção de saúde que está inscrita na Constituição Federal de 1988 à realidade dos telespectadores, dando ênfase para uma dimensão muito maior de serviços do que só a assistência.

É curioso observar que na outra notícia da amostra desse TCC que aponta para a escassez de materiais - a reportagem nº 7, - o SUS, que é raramente citado no JN, aparece na fala da repórter quando a mesma afirma que a situação do estoque tem se agravado ainda mais nas “Santas Casas que atendem mais de 50% pelo SUS”. Este é apenas o gancho que a jornalista utiliza para a exibição da entrevista com o presidente da Federação das Santas Casas. É bastante significativo que a única vez em que o SUS é nomeado nos programas que selecionamos como amostra durante a pandemia (e a segunda e última vez em que ele é citado nos 59 minutos e 1 segundo de reportagens assistidas para essa pesquisa) esteja vinculado à instituição das Santas

Casas que representam o modelo de saúde filantropo (e não público, como dever do Estado) que vigorava no país antes da instituição do Sistema Único de Saúde.

As reportagens sobre saúde que fizeram parte da amostra dessa pesquisa referente à análise do JN no período da pandemia tinham predominantemente conteúdos de denúncia ou lamento. A única reportagem de tendência celebrativa nesse período foi a notícia nº 9, ‘Médicos brasileiros relatam aprendizados com pacientes que venceram a Covid’. Nela foi possível observar, pelo campo visual, a transmissão de uma mensagem de esperança através do vídeo de anúncio de alta de uma paciente de 104 anos que ficou mais de um mês em situação grave e se recuperou da Covid-19. A reportagem também evidencia que, apesar de tantas perdas, foi possível adquirir novos conhecimentos em relação ao coronavírus - aspecto demonstrado através de ilustrações narradas que explicavam algumas dessas novas descobertas -, ao enfrentamento de pandemias de forma geral e reafirmar a importância de sistemas de saúde de qualidade. Esse foi um trecho da edição orientado quase que exclusivamente por fontes de especialistas, fator que contribuiu para a associação entre saúde e ciência, assistência e pesquisa. A questão do financiamento (associado à ciência), aliás, aparece pela primeira vez na amostragem na fala da Presidente da Sociedade de Infectologia do Rio de Janeiro, Tânia Vergara: “Precisamos de sistemas de saúde preparados para qualquer contingência, inclusive epidemias. Por que a Alemanha se saiu bem? Porque ela tem um sistema de saúde preparado para qualquer coisa, ela investe em ciência, nos seus profissionais, em pesquisa. Aqui, nos últimos 15 anos esse investimento só vem reduzindo, improvisado não combina com coisa bem feita”.

Em oposição à análise das matérias anteriores à pandemia, que foram integralmente classificadas como informativas, o material que foi analisado a partir da pandemia apresentou uma diversidade dessas categorias – como é possível observar no Quadro 3.

Nº	Tema	Classificação
1	Ceará passa de mil mortes pelo coronavírus	Informativa
2	População volta a desrespeitar o <i>lockdown</i> no Maranhão	Informativa
3	Hospital Geral de Roraima sofre com o acúmulo de lixo hospitalar	Híbrido
4	Taxa de ocupação nas UTI's da Grande São Paulo chega a quase 90%	Informativa
5	Amazonas registra recorde do número de infectados pela Covid-19 em um dia	Informativa
6	Hospitais alertam para dificuldade de obter anestésicos para a intubação de pacientes	Informativa
7	Covid: Constituição diz que é dever do Estado evitar doenças - esse dever foi cumprido?	Opinativa
8	Sem respiradores, médicos usam unidade manual de respiração artificial em UTIs do MS	Informativa
9	Médicos brasileiros relatam aprendizados com pacientes que venceram a Covid	Híbrido
10	Brasil tem 300 milhões de doses de vacinas contra Covid garantidas para 2021, diz Pazuello	Informativa

Quadro 3 - Classificação das notícias analisadas e que foram publicadas na plataforma de streaming Globoplay durante a pandemia de Covid-19 (09/05/2020 a 07/01/2021)

Fonte: A autora.

De acordo com o Quadro 3, a única matéria opinativa da amostra de toda a pesquisa é a nº 7 'Covid: Constituição diz que é dever do Estado evitar doenças - esse dever foi cumprido?'. Esse trecho da edição que marcou os primeiros 100.000 óbitos por Covid-19 no Brasil foi um comentário editorial apresentado pelos âncoras William Bonner e Renata Vasconcelos, criticando a gestão desastrosa da pandemia empregada pelo Governo Bolsonaro e por outros governantes que conduziram o país para o lamentável marco - que posteriormente, em menos de dois anos, atingiu os 650 mil óbitos.

Se em reportagens anteriores, destacamos que a concepção de saúde prescrita na Constituinte Federal de 1988 não é bem representada no JN, esse comentário marca um ponto de virada daquele discurso incompleto e fragmentado, ou um ponto fora da curva, uma exceção do que foi e provavelmente continuará a ser exibido sobre o SUS no telejornal de maior

relevância do país. Isso porque nele está mencionado e destacado justamente o artigo 196 da Constituição Federal que define o direito à saúde, como é possível observar na Ilustração 3.



Ilustração 3 – Direito à Saúde no Jornal Nacional
Fonte: JN, 8 ago. 2020.

No campo visual, também é possível identificar que a tela de fundo do *studio* foi decorada com fotos de várias vítimas da covid-19 na intenção de relembrar os rostos daqueles que se foram e humanizar os números frequentemente crescente de óbitos.

O trecho do programa que tanto se diferenciou, gerando, inclusive, uma tremenda repercussão nas redes sociais, foi marcado por uma posição editorial muito incisiva do telejornal de oposição ao governo Bolsonaro e em defesa da vida e do direito à saúde. Transcrevemos o trecho em seguida:

Todo cidadão brasileiro tem o direito à saúde. E todos os governantes brasileiros têm a obrigação de proporcionar aos cidadãos esse direito. As ações dos governantes precisam ter como objetivo diminuir o risco de a população ficar doente.

E não somos nós que estamos dizendo isso. É a Constituição brasileira — que todas as autoridades juraram respeitar. Está registrado no artigo 196:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Mas o Brasil está há 12 semanas sem um ministro da Saúde titular. São 85 dias, desde 15 de maio. Dois médicos de formação deixaram o cargo de ministro da Saúde porque pretendiam seguir as orientações da ciência. E o presidente Bolsonaro não concordou com essa postura deles.

Primeiro, o presidente menosprezou a Covid. Chamou de gripezinha.

Depois, quando um repórter pediu que ele falasse sobre o número alto de mortes, Bolsonaro disse que não era covreiro. Disse duas vezes: “Não sou covreiro.”

Quando os óbitos chegaram a cinco mil, a resposta dele a um repórter foi um: “E daí?”

Agora, o presidente repete que a pandemia é uma chuva, e que todos vão se molhar. Ou que a morte é o destino de todos nós, e que temos de enfrentar a doença. Como se fosse uma questão de coragem. Como se nada pudesse ter sido feito.

Quando cientistas defendiam mundo afora o isolamento social como única medida capaz de conter o avanço dessa tragédia, os brasileiros viam o presidente criticar essa iniciativa diariamente — na contramão do bom senso daqueles governadores que a defendiam.

O resultado disso foram a confusão e a perplexidade de muitos cidadãos, que ficaram sem saber em que acreditar. E um isolamento capenga, insuficiente para atingir plenamente o seu objetivo.

No Jornal Nacional você viu filas enormes de desesperados em busca de um leito salvador de UTI. Filas que se formavam e se formam porque os leitos não foram comprados a tempo e na quantidade adequada por prefeitos, por governadores e pelo presidente. Ou porque a falta de isolamento social deixou de achatar a curva de contaminados e sobrecarregou o sistema de saúde.

Diante disso tudo, é necessário lembrar a Constituição, porque isso nos leva a uma pergunta importantíssima.

Nós já mostramos o que diz o artigo 196: é dever das autoridades que governam o país implementar políticas que visem a reduzir o risco de doenças.

A pergunta que se impõe é: o presidente da república cumpriu esse dever? Entre os governadores e prefeitos, quem cumpriu? Quem não cumpriu?

Mais cedo ou mais tarde, o Brasil vai precisar de resposta para essas perguntas. É assim nas democracias e nas repúblicas em que todos temos direitos e deveres. E onde ninguém está acima da lei.

Essa resposta vai ter que ser dada principalmente em respeito às famílias de mais de cem mil brasileiros mortos. Porque eles não podem ser vistos só como números. E o Jornal Nacional não vai se cansar de repetir. Essas vidas perdidas eram de brasileiros como todos nós. Não eram pessoas que estavam fadadas a morrer por qualquer outro motivo. Elas morreram de Covid. Deixaram uma família em dor, amigos, colegas de trabalho, conhecidos.

Nós não podemos nos anestésias.

Cem mil pessoas.

Nós reconhecemos a dor de todos os que perderam alguém querido nessa pandemia.

Nós respeitamos essa dor. E manifestamos a nossa solidariedade irrestrita com cada um.

A partir da leitura do comentário, é possível perceber que o SUS não é nomeado de forma explícita, no entanto, Bonner cita que o *sistema de saúde* por vezes foi sobrecarregado pelo não cumprimento do isolamento social - fazendo alusão aos serviços de assistência fornecidos pelo SUS. Além disso, é possível observar que a abordagem escolhida posiciona a

saúde pública como vítima da má gestão das autoridades e que importantes fatores para a construção de credibilidade são relativos à postura dos apresentadores e o levantamento de declarações lastimáveis do presidente nos últimos meses.

Por fim, destacamos a última reportagem analisada na pesquisa, ‘Brasil tem 300 milhões de doses de vacinas contra Covid garantidas para 2021, diz Pazuello’, que é também a notícia que ocupa maior tempo de tela de todas, totalizando 8 minutos. Esta é a primeira da pandemia que retoma o assunto da imunização que, como vimos no Seção 4.2 do TCC, foi tão pautado. Na primeira semana de 2021, muitos países já haviam começado a vacinar sua população e o Brasil ainda estava começando a demonstrar sinais de que iria começar logo. O desejo pela garantia da vacinação em grande quantidade e no menor tempo possível, é, portanto, o que justifica o espaço disponibilizado para a reportagem tendo em vista que aquele era a nova pauta prioritária da pandemia.

A reportagem gira em torno da notícia de uma nova Medida Provisória (MP) que permite a compra sem licitação (de modo a facilitar o processo de aquisição) de vacinas e materiais para vacinação, antes mesmo do registro definitivo ou autorização de uso emergencial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. No entanto, o texto desta MP destacava que o profissional de saúde que aplicasse o imunizante deveria informar ao paciente que o produto não tem registro na Anvisa e que teve o uso excepcionalmente autorizado pela Agência.

Para mediar as explicações do ministro da saúde e a nova MP, é chamada uma fonte especialista. Gonzalo Vecina Neto, ex-presidente da Anvisa, que criticou a nova publicação ao afirmar que na prática essa parte do texto da MP desencorajará a população a se vacinar. O conteúdo dessa matéria expressa uma polêmica que se estenderá por algum tempo: a ênfase na escolha individual em detrimento do caráter coletivo presente no processo de vacinação.

Além das edições analisadas, também é interessante ressaltar que a partir da segunda semana de junho de 2020, o JN, que desde março já abria o programa com o quadro *Boletim do Coronavírus*, divulgando informações da pandemia fornecidas pelo Ministério da Saúde e pelas SES, passou a divulgar os dados de óbitos e casos de Covid-19 no país a partir da coleta de dados de um consórcio de veículos de imprensa. Este consórcio é formado pelo G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL que trabalham de forma colaborativa, coletando as informações (evolução e total de óbitos, número de testes realizados e de casos de Covid-19) disponibilizadas pelas secretarias de saúde em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma revisão bibliográfica sobre as discussões no campo da comunicação que envolvem o poder da grande imprensa de pautar o debate e a opinião pública, abordou-se, principalmente, a forma utilizada para tratar a temática saúde no JN e como ela influencia nas concepções de saúde reforçadas a partir disso.

Tendo em vista que o SUS é a maior política social brasileira, um projeto civilizatório que representou uma grande mudança em relação às concepções e aos serviços de saúde que havia antes da sua criação, o principal objetivo desse TCC foi perceber como o SUS é retratado pela imprensa: se é pautado, quando é nomeado e se isso se dá de forma positiva ou negativa, se toda a sua complexidade aparece ou se ele é reduzido muitas vezes à dimensão da assistência e à denúncia, entre outros aspectos.

Foi preciso levar em consideração as diferenças importantes trazidas pela pandemia, a maior crise sanitária do século, que pautou questões da saúde e do próprio SUS na grande imprensa brasileira. Para responder essas questões, fizemos uma análise documental a partir de edições do programa JN prévias e posteriores à pandemia que mostrou, principalmente, que: a principal pauta nacional sobre saúde fora do contexto da pandemia é a vacinação e que as reportagens que abordam esse tema têm como principal função apoiar as campanhas promovidas pelo SUS, sem necessariamente dar ênfase ao sistema ou defender sua importância; a narrativa predominante sobre o SUS no telejornal analisado levanta um discurso que reduz o Sistema Único de Saúde a sua dimensão de assistência e que isso é ainda mais intensificado a partir da pandemia quando são adotados modelos de reportagens voltados para denúncias locais.

A partir desse trabalho, foi possível relacionar as particularidades do telejornalismo brasileiro às narrativas traçadas pelo JN, identificando, por exemplo, a utilização de novos padrões de reportagem, mais usuais entre telejornais locais, para o Jornal Nacional a partir da pandemia. Mas não se conseguiu determinar, a título de exemplo, se houve mais matérias dedicando-se a outras dimensões do SUS para além da assistência, se o desfinanciamento aparece ou é denunciado como um fator que explica as faltas de recursos da saúde que recorrentemente são noticiadas, ou se a dimensão de saúde como direito que é comentada na edição que marcou os primeiros 100.000 óbitos por Covid-19 é retomada em outras edições, em razão do tamanho reduzido da amostra coletada. Então, ainda é interessante que se investigue parcelas maiores das edições tanto da pandemia quanto do período que a precede.

REFERÊNCIAS

ANS. **Dados Gerais**. nov. 2020. Disponível em: <<https://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ARBEX JR., José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAHIA, Juarez. Comunicação Coletiva. (V Comunicação e Comunicação de massa.). In: BAHIA, Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 91-93.

BECKER, Beatriz. Análise Televisual Convergente: um procedimento metodológico para leitura crítica dos processos comunicativos de telejornais e programas televisivos. **Galáxia**, São Paulo, n. 42, set-dez, 2019, p. 69-81. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/39781>>. Acesso em: 14 out. 2021.

_____. Convergência X Diversidade: Repensando a qualidade das notícias na TV. **Brazilian Journalism Research**, vol. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/416/380>>. Acesso em: 14 out. 2021.

_____. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano VI, n. 2, p. 95-111, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n2p95>>. Acesso em: 14 out. 2021.

_____. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. **Galáxia**, São Paulo, n. 10, p. 51-64, dez. 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1428>>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CAMPOS, Gastão. Governos e MS precisam de bastante agilidade e, para isso, o principal instrumento é o SUS. [Entrevista concedida à Abrasco] Bruno C. Dias e Pedro Martins. **Abrasco**, Especial Coronavírus. 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sistemas-de-saude/governos-e-ms-precisam-de-bastante-agilidade-e-para-isso-o-principal-instrumento-e-o-sus/45638/>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

CETIC. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**. out. 2020. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CONGRESSO EM FOCO. PRB passa a se chamar “Republicanos”. **UOL**, 16 ago. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/prb-passa-a-se-chamar-republicanos/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Mórula, 2014.

FINGER, Cristiane; EMERIM, Cárilda; CAVENAGHI, Beatriz. Metodologias de Pesquisa em Telejornalismo. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 2-9, jul. 2017.

Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/28073>>. Acesso em: 07 out. 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/11/Comunica%C3%A7%C3%A3o-web-ok.pdf>>. Acesso em: 25abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed., 8.reimp., São Paulo: Atlas, 2007.

GRABOIS, Victor. “Enfrentar o coronavírus significa fortalecer o SUS e o trabalho dos profissionais de saúde”. [Entrevista concedida à Abrasco] Bruno C. Dias e Pedro Martins. **Abrasco**, Especial Coronavírus. 12 mar. 2020. Disponível em:

<<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/enfrentar-ao-coronavirus-significa-fortalecer-o-sus-e-o-trabalho-dos-profissionais-de-saude-abrasco-entrevista-victor-grabois/45630/>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes: Desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia**. 329f. Tese (Doutorado em Serviço social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2667020>. Acesso em: 02 jun. 2021.

GUIMARÃES, Cátia. ‘O SUS não é uma conquista apenas do campo da saúde coletiva, mas do conjunto da sociedade’. **Poli**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 9-12, jul. 2018. Disponível em:

<<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poliweb59.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. Contra a pandemia, saúde pública e universal. **Poli**, Rio de Janeiro, n. 70, p. 6-15, maio-jun. 2020. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli70_web.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

HUGHES, Sallie. **Media Diversity and Social Inequality in Latin America**. Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009. In: BECKER, Beatriz. **Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção**. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano VI, n. 2, p. 95-111, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n2p95>>. Acesso em: 14 out. 2021.

IBGE. IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020. **Agência IBGE Notícias**. 27 ago. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020#:~:text=IBGE%20divulga%20estimativa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20para%202020,-Editoria%3A%20Estat%C3%ADsticas%20Sociais&text=O%20IBGE%20divulga%20hoje%20as,77%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202019>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

IBOPE Inteligência. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016**. Relatório final. 29 ago. 2016. Disponível em: <<https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

JULIO quer saber: regular a mídia é censura? Direção: Pedro Ekman, Produção: Thais Alvez. São Paulo: Intervezes Coletivo Brasil de Comunicação Social; Molotov Filmes, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PaDI0gzTECs>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

LARA, Matheus. Imprensa é a fonte mais confiável de informação em meio a pandemia de coronavírus, diz estudo. **Estadão**. 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,imprensa-e-a-fonte-mais-confiavel-de-informacao-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-diz-estudo,70003241615>>. Acesso em: 09 out. 2020.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 3.ed., São Paulo: Senac, 2003 apud BECKER, Beatriz. **Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção**. **Galáxia**, São Paulo, n. 10, p. 51-64, dez. 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1428>>. Acesso em: 14 out. 2021.

MARINHO, Roberto; MARINHO, João; MARINHA, José. **Princípios Editoriais Do Grupo Globo**. **G1**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#secao-3>>. Acesso em 17 out. 2021.

MARIONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Friedrich-Ebert-Stiftung**, São Paulo, n. 13, p. 1-27, nov. 2015. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12117.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

MARQUES, José. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 09 out. 2020.

MATHIAS, Maíra. Os sistemas universais na encruzilhada: Ainda há espaço para a garantia do direito à saúde no capitalismo hoje? **Poli**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 26-32, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poliweb59.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MATOS, Maurílio Castro de. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da Covid-19. **Humanidades & Inovação**, v. 08, p. 25-35, 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5340>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MEDRONHO, Roberto. “Governos e MS precisam de bastante agilidade e, para isso, o principal instrumento é o SUS”. [Entrevista concedida à Abrasco] Bruno C. Dias e Pedro Martins. **Abrasco**, Especial Coronavírus. 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sistemas-de-saude/governos-e-ms-precisam-de-bastante-agilidade-e-para-isso-o-principal-instrumento-e-o-sus/45638/>>. Acesso: em 05 mar. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 9.ed. ampliada e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOM-BRASIL; INTERVOZES. **Afiliações políticas**. 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. **Indicadores de riscos ao pluralismo da mídia**. 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/en/findings/indicators/#!9fed61067e34232006ff7dcd0ed479d0>>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. **Participação religiosa na mídia brasileira**. 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/participacao-religiosa-na-midia/>>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. **Proprietários da mídia**. 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. **Rede Globo**. 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/rede-globo/>>. Acesso em: 28 out. 2020.

MORAES José Cassio de. Governos e MS precisam de bastante agilidade e, para isso, o principal instrumento é o SUS. [Entrevista concedida à Abrasco] Bruno C. Dias e Pedro Martins. **Abrasco**, Especial Coronavírus. 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sistemas-de-saude/governos-e-ms-precisam-de-bastante-agilidade-e-para-isso-o-principal-instrumento-e-o-sus/45638/>>. Acesso: em 05 mar. 2022.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano**: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **Direito à comunicação**, s/d. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page_id=28545>. Acesso em: 24 jul. 2020.

OCKÉ, Carlos. Mudar a política econômica e fortalecer o SUS são medidas corretas para combater coronavírus. **Abrasco**. 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/saude-da-populacao/mudar-politica-economica-e-fortalecer-o-sus-sao-medidas-corretas-para-combater-coronavirus/45624/>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

OLIVEIRA, Debora Lopes de; MATOS, Maurílio Castro de; SOUZA, Rodriane de Oliveira. Desestruturação de direitos em tempos da pandemia de Covid-19: Seus efeitos na política de saúde e para o trabalho no setor. In: MAURIEL, Ana Paula et al. (Org.) **Crise, Ultraneoliberalismo e Desestruturação de Direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 181-203. Disponível em: <https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_a01288ae1e9447a48bc9bd0375204564.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PAIM, Jairnilson. **O que é o SUS** [E-book]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Disponível em: <<http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

PARRY, Roger. **A ascensão da mídia**: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google. Tradutor Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PERLES, João Batista. Comunicação: conceitos, fundamentos e história. **BOCC**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

POLITIZE. **Programas do SUS**: algumas iniciativas do Governo Federal. 19 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/programas-do-sus-algumas-iniciativas-do-governo-federal/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

REZENDE, Guilherme. Gêneros e formatos Jornalísticos na Televisão brasileira. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, set. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista_area_DT1-GJ.htm>. Acesso em: 07 out. 2021.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. Neoliberalismo e Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 275-279. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/143.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SALVADOR, E. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio. (Org.) **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 367-388, 2020. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Brasil-Estado-Social-contra-a-Barb%C3%A1rie-Capa.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020 apud OLIVEIRA, Debora Lopes de; MATOS, Maurílio Castro de; SOUZA, Rodriane de Oliveira. Desestruturação de direitos em tempos da pandemia de Covid-19: Seus efeitos na política de saúde e para o trabalho no setor. In: MAURIEL, Ana Paula et al. (Org.) **Crise, Ultraneoliberalismo e Desestruturação de Direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 181-203. Disponível em: <https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_a01288ae1e9447a48bc9bd0375204564.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SANTOS, Viviane Medeiros dos A captura do fundo público na política de saúde: o fortalecimento do setor privado. *Argum.*, Vitória, v. 10, n. 3, p. 203-216, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18682>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SARTI, Thiago Dias; LAZARINI, Welington Serra; FONTENELLE, Leonardo Ferreira; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho. Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19?. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 1-5, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/ress/2020.v29n2/e2020166/pt>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SERRA, Carlos Gonçalves; RODRIGUES, Paulo Henrique. O financiamento da saúde no Brasil. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lúcia de Moura (Org.) **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz, 2007, p. 195-226. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/125.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SILVA, Gabriela Martins; RASERA, Emerson Fernando. A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 21, n. 1, p. 61-76, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-S0104-59702013005000012.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

TORRES, Bolívar. Pandemia reforçou jornalismo e provou que comunicação humana é superior à tecnológica, afirma sociólogo. *O Globo*. 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/pandemia-reforcou-jornalismo-provou-que-comunicacao-humana-superior-tecnologica-afirma-sociologo-24552498>>. Acesso em: 09 out. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. v. 2. Florianópolis: Editora Insular, 2005b.

_____. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. v. 1. Florianópolis: Editora Insular, 2005a.

UOL. **6 programas de saúde pública do Brasil considerados referência no mundo**. 05 jun. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/06/05/6-programas-de-saude-publica-do-brasil-considerados-referencia-no-mundo.html>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

VALENTE, Jonas. Coronavírus: Brasil tem primeiros casos de transmissão comunitária. **Agência Brasil**. 13 mar. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/ao-vivo-coronavirus-brasil-98-casos-transmissao-comunitaria>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

VENTURA, Deisy. Especialista fala sobre medidas contra o coronavírus no Brasil e orienta cuidados. [Entrevista concedida a Globonews]. **Abrasco**. 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/deisy-ventura-fala-sobre-os-desafios-para-lidar-com-o-coronavirus/45696/>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

APÊNDICE A – TIPOS DE FONTES DAS MATÉRIAS ANALISADAS ANTES DA PANDEMIA

Nº	Tema	Fonte			
		Oficial	Especialista	Popular	Outros
1	Qualidade questionável da água fornecida pela Cedae no Rio de Janeiro devido à poluição dos rios da Bacia Guandu pode causar problemas de saúde como febre, diarreia ou dor de cabeça	X	X	X	-
2	Morte de macacos por Febre Amarela aumenta alerta em três estados levantando a necessidade por vacinação	X	X	-	-
3	Campanha de prevenção ao câncer de colo de útero e de vacinação contra HPV	-	X	X	X
4	Anvisa identificou a presença de uma substância que pode causar câncer em medicamentos e suspendeu sua comercialização	X	X	-	-
5	Nova campanha de vacinação contra Sarampo	-	X	-	-
6	Brasileiro coordenador de bancos de leite materno – pesquisador do IFF/Fiocruz - ganha prêmio da OMS	-	X	X	-
7	Anúncio do Dia D da campanha de vacinação contra Sarampo	X	X	X	-
8	Campanha de vacinação contra Sarampo	X	-	X	-
9	Ministério da Saúde antecipa campanha de vacinação da gripe para facilitar identificação de casos de Covid-19	X	-	-	-
10	Governo amplia orientação sobre vacina da Febre Amarela	X	-	-	-

Quadro 4 – Distribuição das notícias analisadas no período anterior à pandemia de Covid-19, de acordo com a tipificação das fontes utilizadas
Fonte: A autora.

APÊNDICE B – TIPOS DE FONTES DAS MATÉRIAS ANALISADAS DURANTE A PANDEMIA

Nº	Tema	Fonte			
		Oficial	Especialista	Popular	Outros
1	Ceará passa de mil mortes pelo coronavírus	-	-	X	-
2	População volta a desrespeitar o “lockdown” no Maranhão	X	-	X	-
3	Hospital Geral de Roraima sofre com o acúmulo de lixo hospitalar	X	X	X	X
4	Taxa de ocupação nas UTI’s da Grande São Paulo chega a quase 90%	X	-	X	-
5	Amazonas registra recorde do número de infectados pela Covid-19 em um dia	X	-	X	-
6	Hospitais alertam para dificuldade de obter anestésicos para a intubação de pacientes	X	-	-	-
7	Covid: Constituição diz que é dever do Estado evitar doenças — esse dever foi cumprido?	-	-	-	-
8	Sem respiradores, médicos usam unidade manual de respiração artificial em UTIs do MS	-	X	X	-
9	Médicos brasileiros relatam aprendizados com pacientes que venceram a Covid	-	X	-	-
10	Brasil tem 300 milhões de doses de vacinas contra Covid garantidas para 2021, diz Pazuello	X	X	-	-

Quadro 5 – Distribuição das notícias analisadas durante pandemia de Covid-19, de acordo com a tipificação das fontes utilizadas
Fonte: A autora.